

HSBC Brasil



Relatório Anual e
Demonstração Financeira
Consolidada de 2018 em *IFRS*

PUBLIC

Relatório Anual e Demonstração Financeira Consolidada de 2018 em IFRS

Conteúdo

3	Destaques
4	Relatório da Administração
4	Aos nossos clientes, ao mercado e ao público em geral
4	Recursos humanos
4	Padrões Globais
6	Governança
6	Governança corporativa
6	Comitês
7	Controles internos e <i>compliance</i>
7	Acordo de Ação Penal Diferido (DPA)
10	Riscos
10	Gestão de riscos
11	Ferramentas de gestão de riscos
13	Risco de crédito
20	Risco de liquidez e de captação
23	Risco de mercado
26	Risco operacional
29	Capital
29	Gerenciamento, mensuração e alocação de capital
30	Capital regulatório
33	Demonstração financeira consolidada
44	Notas explicativas à demonstração financeira consolidada
78	Glossário

Destaques

(em milhões de reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Do exercício		
Lucro antes dos impostos	118	131
Lucro líquido do exercício	79	91
Ao final do exercício		
Patrimônio líquido	1.089	1.054
Capital Social	947	947
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	50
Total de ativos	1.693	1.263
Índices		
Retorno sobre o patrimônio líquido (ROE) ¹	7,4%	8,5%
Índice de capital ²	40,7%	79,4%
Índice de eficiência operacional (IEO) ³	54,0%	45,6%
Patrimônio de referência ²	1.056	1.040
Nível I ²	1.056	1.040

¹ O ROE foi calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo patrimônio médio atribuível aos acionistas.

² O índice de capital, patrimônio de referência e capital nível I foram calculados com base nos requerimentos do Bacen pela Basileia III, para o CADOC 4010 do HSBC Brasil S.A. – Banco de Investimento.

³ O índice de eficiência operacional é definido como o total de despesas operacionais dividido pela receita líquida operacional antes da despesa com redução ao valor recuperável de empréstimos e outras provisões para risco de crédito.

Relatório da Administração

Aos nossos clientes, ao mercado e ao público em geral

Apresentamos o Relatório Anual do *HSBC Brasil*¹ juntamente com a demonstração financeira consolidada, preparada de acordo com o *IFRS*, relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2018.

Este relatório está disponível em:

www.hsbc.com.br

Recursos humanos

A área de recursos humanos do *HSBC* tem o objetivo de apoiar o crescimento sustentável dos negócios por meio de pessoas, atuando de forma a garantir entregas estrategicamente relevantes, comercialmente alinhadas e eficientes.

Ao final do exercício de 2018, haviam 79 colaboradores trabalhando no *HSBC Brasil*.

Para criarmos uma cultura de alto desempenho, é preciso articular a estratégia empresarial com as competências individuais – isso é feito por meio do alinhamento e consistência dos programas de atração, engajamento, desenvolvimento, gestão de desempenho e recompensa dos nossos colaboradores.

Os programas de treinamento são focados nas necessidades dos negócios e dos colaboradores, com ações que auxiliam efetivamente ao alcance dos objetivos de negócio. Os programas oferecidos combinam soluções presenciais, sessões virtuais (*webex*) e à distância (sobretudo *e-learning*s) e atendem necessidades de integração (ao *HSBC Brasil* e às funções globais), desenvolvimento de lideranças e formação comercial e técnica (crédito, vendas, investimentos etc.).

A estratégia global de desenvolvimento de carreira e identificação de talentos e sucessores cria um fluxo forte e contínuo de pessoas qualificadas para preencher nossas posições mais críticas à entrega de nossa estratégia de negócios e ao nosso sucesso comercial. Dessa forma, constrói-se uma vantagem competitiva para o *HSBC Brasil*, aumentando a atração, retenção e o engajamento dos colaboradores.

Padrões Globais

Temos o compromisso de desenvolver padrões globais moldados pelos mais altos e eficazes padrões de *compliance* contra crimes financeiros disponíveis nas jurisdições onde o *HSBC* opera e implantá-los consistentemente em escala global.

Por definição, o impacto dos padrões globais abrange toda a organização, e os principais meios pelos quais aplicamos consistentemente elevados padrões se dá através da aplicação universal dos Valores do *HSBC*, sistemas de governança robustos e dos comportamentos, desempenho e reconhecimento de todos os nossos colaboradores na gestão de relacionamentos de alta qualidade com nossos clientes.

Nossos Valores, a boa governança e o compromisso de operar de forma sustentável orientam a forma como administramos o nosso negócio e nos ajudam a criar valor para os nossos *stakeholders*.

Em linha com a nossa ambição de ser reconhecido como o principal banco internacional do mundo, temos a aspiração de definir o padrão da indústria com relação a conhecer nossos clientes e detectar, impedir e proteger contra crimes financeiros. Como os mercados internacionais tendem a se tornar mais interligados e complexos e, como ameaças ao sistema financeiro global tendem a crescer, estamos fortalecendo ainda mais as políticas e práticas que regem a forma como fazemos negócios e com quem.

Temos focado em continuar com a aplicação dos nossos padrões e em nossa capacidade de identificar e assim evitar o uso indevido e abuso do sistema financeiro, através de nossas redes tomamos ações imediatas para fortalecer nossos processos de governança e nos comprometemos a adotar e aplicar os mais elevados ou mais eficazes padrões de *compliance* contra crimes financeiros em todo o *HSBC*.

Continuamos a reforçar tanto o status como a importância de *compliance* e aderência aos nossos padrões globais através da construção de fortes controles internos, desenvolvendo capacidades de classe mundial através da comunicação, treinamento e programas de garantia para termos certeza que os funcionários entendam e possam assumir suas responsabilidades, e redesenhar elementos

¹ Os termos e abreviaturas em *itálico* estão definidos no glossário.

Relatório da Administração

fundamentais de como nós avaliamos e recompensamos os executivos seniores.

Padrões globais nos permitem:

- Fortalecer a nossa resposta à ameaça constante de crime financeiro;
- Tornar consistente e, portanto, simplificar - as maneiras pelas quais nós fiscalizamos e impomos altos padrões no *HSBC*;
- Reforçar as políticas e processos que regem a forma como fazemos negócios e com quem; e
- Garantir que nós sempre aplicamos os valores do *HSBC*.

¹ Os termos e abreviaturas em *itálico* estão definidos no glossário.

Governança corporativa

Como uma organização global, o *HSBC* adere a políticas internas, padrões, códigos e procedimentos para assegurar o equilíbrio entre obtenção de resultados, prestação de contas e expectativas da sociedade.

No Brasil, o *HSBC* sempre prima pela transparência, alinhamento estratégico, responsabilidade, controle interno e prestação de contas, com o objetivo de zelar pelos interesses tanto dos investidores quanto da sociedade.

Internamente, há um processo independente, o qual garante que assuntos de relevância sejam conduzidos no melhor interesse da empresa.

Comitês

Atualmente existe um grupo de comitês principais que garantem o processo de governança do *HSBC Brasil*, todos ligados ao Comitê Executivo:

- *Executive Committee* (EXCO): periodicidade mensal; representado pelo quadro de diretores responsáveis pelas decisões de planejamento e de estratégias que têm impacto na missão, visão e resultados gerais do *HSBC Brasil*.
- *Assets and Liabilities Committee* (ALCO): periodicidade mensal; engloba Finanças, Tesouraria e executivos de negócios para discutir mensalmente o balanço, liquidez e posicionamento quanto aos riscos de mercado.
- *Risk Management Meeting* (RMM): periodicidade mensal; assegura a implementação e a manutenção de controles e gestão de riscos conforme exigências locais e mundiais do *HSBC*. Esse comitê abrange os riscos de crédito, de mercado e operacionais (*compliance*, fiduciário, jurídico, etc), do *HSBC Brasil*, além de outros tipos de riscos que podem afetar a atividade financeira (risco reputacional, risco estratégico e risco sustentável).

Comitê de auditoria

Em conformidade com a Resolução CMN nº 3.198, de 27 de maio de 2004, o Comitê de Auditoria do *HSBC Brasil* foi formalmente constituído através da Ata da Assembleia Geral Extraordinária, de 26 de dezembro de 2017, do *HSBC Brasil S.A. – Banco de Investimento*, instituição financeira do *HSBC Brasil*.

O Comitê de Auditoria tem como principais atribuições: a recomendação para contratação do auditor independente, avaliação das demonstrações financeiras do Banco e de suas controladas, avaliação da efetividade das auditorias interna e independente, correção e aprimoramento de políticas e práticas e certificação da efetividade dos controles internos.

Controles Internos e Compliance

O *HSBC Brasil* conta com sua estrutura de controles internos, principal responsável por implementar e disseminar a cultura de controles e uma estrutura de *compliance*, para assegurar que seus administradores e gestores atentem para o fiel cumprimento dos regulamentos e normas aplicáveis aos seus negócios, de acordo com a resolução nº 2.554, de 24 de setembro de 1998, do *CMN*, e alterações posteriores, a qual trata da estrutura de controles internos aplicáveis às instituições financeiras, bem como às demais normas e regulamentos que tratam da conduta da instituição, principalmente em questões que envolvem o tratamento adequado e transparente aos clientes, órgãos reguladores, demais autoridades e práticas de mercado em geral.

Foram dispensados cuidados adicionais para a prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo, com especial observância ao disposto na Lei nº 9.613, de 3 de Março de 1998, e alterações posteriores (Lei 12.683 de 09 de Julho de 2012), bem como às normas complementares estabelecidas pelo *BACEN* e *COAF*. Todos os procedimentos e políticas de prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo são supervisionados pelo Chefe de Prevenção à Lavagem de Dinheiro com suporte da equipe de monitoramento de clientes e transações do Grupo *HSBC* no Brasil.

Acordo de Ação Penal Diferido (DPA)

Em 2010, o *HSBC Bank USA* (“*HBUS*”) acatou uma ordem de cessação imposta pelo OCC (Office of the Comptroller of the Currency) e o controlador indireto da companhia, a *HSBC North America Holdings* (“*HNAH*”), acatou uma ordem de cessação imposta pelo Conselho do Banco Central Americano (Federal Reserve Board – ‘*FRB*’). Em 2012, o *HBUS* adicionalmente acatou uma ordem sobre um programa de *compliance* abrangente (‘Ordem’ no singular e ‘Ordens’ no conjunto) com o OCC. Essas Ordens exigiram melhorias para o estabelecimento de um programa efetivo de gestão de risco de *compliance* nos negócios americanos do *HSBC*, incluindo gestão de riscos relacionados a Lei de Sigilo Bancário (Bank Secrecy Act) (‘*BSA*’) e ao combate a lavagem de dinheiro (‘*AML*’). Em 2012, uma ordem de cessação adicional foi imposta pelo OCC exigindo que o *HBUS* corrigisse as

circunstâncias apontadas no relatório do OCC e impôs restrições ao *HBUS* para a aquisição de controle ou participação em qualquer nova subsidiária, ou também para iniciar qualquer atividade nova em sua subsidiária financeira existente, sem aprovação do OCC. Entre junho e setembro de 2018, após a implementação das ações de remediação requeridas pela *HNAH* e pelo *HBUS*, o *FRB* e o OCC retiraram as ordens de cessação.

Em Dezembro de 2012, dentre outros acordos, o *HSBC Holding plc* (‘*HSBC Holdings*’) celebrou um termo de responsabilidade com o UK Financial Conduct Authority (‘*FCA*’) e acatou uma ordem de cessação do *FRB*, sendo que ambos os acordos continham certas obrigações futuras relacionadas a lavagem de dinheiro e sanções. O *HSBC* também concordou com a manutenção de um monitor de *compliance* independente (que é, para fins do *FCA*, uma ‘pessoa qualificada’ de acordo com a a seção 166 do Financial Services and Markets Act e, para fins do *FRB*, um ‘consultor independente’) para elaborar avaliações periódicas do programa de *compliance* de combate à lavagem de dinheiro e sanções do Grupo (o ‘Monitor’). Em dezembro de 2012, o *HSBC Holdings* também celebrou um acordo com o Departamento de Controle de Ativos Estrangeiros (‘*OFAC*’) com relação a transações históricas envolvendo partes sujeitas a sanções da *OFAC*. O Monitor continuará conduzindo revisões dos países e fornecendo relatórios periódicos por um período de tempo sob discrição do *FCA* e do *FRB*.

Por meio das revisões do Monitor em cada país, assim como das revisões internas conduzidas pelo *HSBC*, potenciais questões de *compliance* foram identificados, as quais o *HSBC* está revisando em maiores detalhes com o *FRB*, o *FCA* e/ou o *OFAC*. O *FinCen* (Financial Crimes Enforcement Network) do Departamento do Tesouro Americano, assim como a Divisão Civil do Ministério Público do Distrito Sul de Nova Iorque estão investigando a coleta e transmissão de informações originadas por terceiros em certos pagamentos instruídos através de sistemas de pagamentos próprios do *HSBC*. *OFCA* também está conduzindo uma investigação sobre a conformidade do *HSBC Bank plc* com os regulamentos de combate à lavagem de dinheiro e aos requerimentos de controles e sistemas relacionados ao crime financeiro do Reino Unido.

O HSBC está cooperando com todas essas investigações.

Em maio de 2014, um acionista do HSBC Holdings (“Autor”) propôs ação subsidiária, supostamente em nome do HSBC Holdings, HBUS, HNAH e HSBC USA Inc. (“Réus Corporativos”) em face de então atuais e ex-diretores e executivos (“Réus Individuais”) das referidas empresas perante a Suprema Corte do Estado de Nova Iorque. O Autor alega que os Réus Individuais violaram os seus deveres fiduciários perante o Grupo HSBC e causaram a perda de ativos corporativos por supostamente permitir e/ou causar a conduta subjacente ao acordo de cinco anos de diferimento de ajuizamento de Ação Penal com o DOJ celebrado em dezembro de 2012. Em novembro de 2015, a Suprema Corte do Estado de Nova Iorque deferiu o pedido dos Réus Corporativos de extinção da ação. Em novembro de 2018, a corte de apelação reverteu a decisão da Corte do Estado de Nova Iorque e reintroduziu a ação. Em dezembro de 2018, os Réus Corporativos entraram com um requerimento para apresentar novos argumentos, ou, alternativamente, de autorização para apelar à Corte de Apelações de Nova Iorque. Em fevereiro de 2019, os Réus Corporativos e a maioria dos Réus Individuais protocolaram um pedido de extinção da ação na Corte do Estado de Nova Iorque, onde a matéria continua pendente.

Em julho de 2014, uma ação foi proposta perante o Tribunal de Justiça de Ontário contra o HSBC Holdings e um ex-empregado, supostamente em nome de um grupo de investidores em ações ordinárias do HSBC e ADSs (sigla de American Depositary Shares), adquiridas entre julho de 2006 e julho de 2012. O pleito, que busca indenização material de aproximadamente CA\$ 20 bilhões, alega que os réus violaram precedentes legais e a legislação ao incluírem declarações falsas em documentos divulgados pelo HSBC Holdings e sua subsidiária integral indireta, o HSBC Bank Canada, com relação ao cumprimento pelo HSBC da BSA, bem como leis relativas a AML, sanções e outras. Em setembro de 2017, o Tribunal Superior de Justiça de Ontário retirou as ações contra o HSBC Holdings e o ex-funcionário por falta de jurisdição, e suspendeu a ação de falsa declaração contra o HSBC Holdings por incompetência do fórum. Em outubro de 2017, o autor recorreu para a Corte de Apelação de Ontário, e em julho de 2018 a apelação foi retirada. Em outubro de 2018, o autor da ação

pediu autorização para apelar à Suprema Corte do Canadá, onde a matéria encontra-se pendente.

Desde novembro de 2014, ações foram propostas perante os Juízos Federais nos Estados Unidos contra várias empresas do grupo HSBC e outras em nome de autores que são, eles próprios ou pessoas a eles relacionadas, vítimas de ataques terroristas no Oriente Médio ou da violência de carteis do México. Em cada caso, alega-se que os réus auxiliaram e incentivaram a conduta ilegal de vários grupos sancionados, em violação à Lei Antiterrorismo dos Estados Unidos. Nove ações estão atualmente pendentes no Juízo Distrital Federal de Nova Iorque com uma em apelação. Em julho de 2018, em um caso, o Juízo Distrital de Nova Iorque acatou um pedido de anulação do HSBC, enquanto que em outro caso, o magistrado emitiu uma recomendação que o Juízo Distrital de Nova Iorque deveria negar o pedido de anulação do réu. Os autores apelaram da decisão do caso concedendo anulação e essa apelação encontra-se pendente de resolução. Pedidos de anulação continuam pendentes em dois outros casos. Em dezembro de 2018, três novos casos relacionados a ações existentes foram protocolados no Juízo Distrital de Nova Iorque. Essas ações encontram-se em estágio inicial.

Em julho de 2018 uma ação foi proposta contra o HSBC Holdings na Suprema corte da Inglaterra e País de Gales, alegando que o HSBC Holdings fez declarações inverídicas e/ou enganosas e/ou omissões em declarações públicas entre 2007 e 2012 em relação à conformidade do Grupo HSBC com o combate à lavagem de dinheiro (AML), financiamento anti-terrorismo e leis e regulamentações relacionadas com sanções e com a conformidade regulatória do Grupo HSBC em geral.

Com base nos fatos atualmente conhecidos, não é possível ao HSBC, neste momento, prever o resultado das mencionadas matérias, incluindo a duração ou qualquer impacto possível sobre o HSBC, que pode ser significativo.

Investigações e litígios relacionados a câmbio

Vários reguladores ao redor do mundo estão conduzindo investigações e revisões cíveis e criminais em operações de câmbio realizadas pelo HSBC e por outras instituições. O HSBC vem cooperando com essas investigações e revisões.

Em janeiro de 2018, o HSBC Holdings celebrou um acordo de 3 anos de diferimento de ajuizamento de Ação Penal com a Divisão Criminal do Departamento de Justiça dos Estados Unidos (o 'FX DPA') em relação a conduta fraudulenta em duas transações específicas de câmbio realizadas em 2010 e 2011. Isso concluiu a investigação do Departamento de Justiça dos Estados Unidos ("DOJ") sobre o histórico de atividades no mercado de câmbio. Nos termos do

FX DPA, o HSBC assumiu diversas obrigações, incluindo a implementação de melhorias em seus procedimentos e controles internos no seu negócio de *Global Markets*, o qual estará sujeito ao envio de relatórios anuais ao DOJ. O HSBC também concordou em pagar uma penalidade financeira e restituição.

Gestão de riscos

Ao longo da história o Grupo *HSBC* tem mantido um perfil de risco conservador. Nossas atividades envolvem em graus variados a análise, avaliação, aceitação e gestão de riscos ou combinações de riscos.

Nossa estrutura de gerenciamento de risco, empregado em todos os níveis da organização, garante que nosso perfil de risco permaneça conservador e alinhado com nosso apetite de risco e estratégia, determinados pelos seguintes princípios:

- gestão integrada: o apetite a risco considera riscos financeiros e não-financeiros, e é expresso em termos qualitativos e quantitativos, em escala global, regional e local;
- posição financeira: forte capitalização assim como gestão de liquidez e gestão de ativos e passivos local;
- modelo operacional: retornos gerados em linha com os riscos assumidos; diversificação e sustentabilidade das receitas visando entregar retornos consistentes aos acionistas;
- práticas de negócio: tolerância zero para fazer negócios sem considerar os riscos reputacionais resultantes; tolerância zero para fazer negócios que deliberadamente são prejudiciais aos clientes ou não cumpram a letra ou espírito dos requerimentos regulatórios; tolerância zero para conduta impropria por parte dos funcionários.

Gestão Integrada de Riscos

O *HSBC Brasil* atua no gerenciamento dos riscos a que está exposto de forma integrada, avaliando todos os impactos conjuntamente, com base na abordagem de Gestão Integrada de Riscos determinada pelo Grupo *HSBC* e internamente denominada *Enterprise Risk Management Framework* ("ERMF"). Essa abordagem estabelece como objetivos:

- suportar uma cultura forte em toda a organização;
- assegurar uma gestão de riscos consistente e compreensiva;

- permitir adequada tomada de decisão com base em ampla visibilidade e consciência dos riscos;
- assegurar que os riscos assumidos estão de acordo com a natureza e o nível pre-estabelecidos.

A *ERMF* está baseada em cinco componentes:

- cultura e valores;
- papéis e responsabilidades;
- governança;
- processos e ferramentas;
- controles internos.

A *ERMF* também estabelece as principais referências internas com relação a princípios, políticas e procedimentos, assim como define a taxonomia de riscos usada como base para gestão integrada de riscos.

Essa abordagem está de acordo com a Resolução CMN 4.557/17 que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Cultura de Risco

Cultura de risco engloba nossas normas, atitudes e comportamentos sobre conscientização dos riscos, tomada de riscos e gerenciamento de riscos. A cultura do risco é um elemento crítico e permeia tudo o que fazemos.

Uma cultura de risco forte é aquela que apoia consistentemente e de forma apropriada a conscientização, comportamentos e julgamentos sobre riscos. Ela reforça o gerenciamento eficaz de riscos, promove a tomada de riscos de forma apropriada e garante que os riscos emergentes ou as atividades de risco além do nosso apetite de risco sejam reconhecidos, avaliados, escalados e abordados em tempo hábil.

Também é essencial à cultura de risco que haja uma adequada comunicação de como o banco encara o risco e qual seu apetite, de modo que a cultura seja disseminada não apenas nos processos e políticas.

Papéis e Responsabilidades

Todo funcionário do Grupo *HSBC* é responsável pela identificação e gerenciamento de riscos no âmbito de seu papel como parte do modelo de três linhas de defesa (*Three Lines of Defense* ou “3LOD”). Esse modelo é uma estrutura organizacional que descreve a divisão de papéis e responsabilidades, definida pelas atividades realizadas. É aplicável a todos os indivíduos e a todos os tipos de risco.

Deve haver uma clara segregação entre a propriedade dos riscos (Primeira *LOD*), a supervisão independente dos riscos (Segunda *LOD*) e a revisão e avaliação independente (Terceira *LOD*) para ajudar a apoiar o Banco na efetiva identificação, avaliação, monitoramento, gerenciamento e reporte de riscos.

As três linhas de defesa estão organizadas da seguinte forma:

- A Primeira *LOD* é a proprietária dos riscos e responsável por identificar, registrar, reportar e gerir os riscos no dia-a-dia, assegurando que as análises e controles para mitigar os riscos e mantê-los de acordo com o apetite da organização;
- A Segunda *LOD* determina as políticas, supervisiona e desafia as atividades e os relatórios da Primeira *LOD* para garantir que eles tenham cumprido os requisitos mínimos para gerenciamento de risco, e estejam de acordo com o apetite a risco pré-estabelecido.
- A Terceira *LOD* é a Auditoria Interna, responsável por fornecer revisão e avaliação independente à Diretoria e ao Grupo *HSBC*, garantindo que os processos de gerenciamento de risco, governança e controle interno foram projetados e operam de forma eficaz.

O *HSBC Brasil* dispõe de um departamento de Gerenciamento de Riscos independente das áreas de negócios, sob a gestão do Diretor de Riscos, cuja responsabilidade inclui, mas não está limitada, a estabelecimento de políticas, monitoramento do perfil de risco dos negócios, e análise prospectiva dos cenários para identificação e gestão dos riscos emergentes.

Governança

O modelo de governança do Grupo *HSBC* tem como objetivo assegurar o monitoramento e escalção dos assuntos relevantes de forma adequada e tempestiva. Esse modelo inclui comitês com ampla participação da Diretoria visando assegurar a plena visibilidade dos riscos incorridos pela instituição, para revisão e tomadas de decisão.

A Diretoria é responsável por uma gestão efetiva dos riscos e aprovação do *RAS* (*Risk Appetite Statement* – Declaração de Apetite a Riscos). O Comitê Executivo (ExCo) é suportado por seus subcomitês, a saber: *RMM* (*Risk Management Meeting* – Reunião de Gestão de Riscos), *ALCO* (*Assets and Liabilities Committee* – Comitê de Ativos e Passivos) e *FCRMC* (*Financial Crime Risk Management Committees* – Comitê de Gerenciamento de Risco de Crimes Financeiros).

O *HSBC Brasil* atua de forma aderente a padrões consistentes e políticas de gestão de riscos que são requeridas pelo Grupo *HSBC* através de padrões globais e modelo de risco operacional global. O princípio da responsabilidade individual é exercido em toda a organização e é fundamental para o gerenciamento efetivo de riscos no *HSBC*. As decisões são tomadas por indivíduos específicos de acordo com a autoridade a ele delegada para garantir uma clara atribuição de responsabilidade.

Ferramentas de Gestão de Riscos

Em linha com o Grupo *HSBC*, o *HSBC Brasil* utiliza ferramentas para identificar, monitorar e gerenciar riscos conforme descrito abaixo.

RAS (*Risk Appetite Statement* - Declaração de Apetite a Riscos)

A *RAS* é a articulação da Diretoria de níveis de risco e de retorno que sejam aceitáveis e toleráveis numa perspectiva do banco como um todo. Dentro do *HSBC Brasil*, a *RAS* fornece uma ligação entre as áreas de negócios, estratégia, risco e finanças, permitindo que a Diretoria aloque o capital de forma ideal para financiar o crescimento estratégico dentro dos níveis de risco tolerados. Ele fornece uma visão em um horizonte de médio a longo prazo e não deve ser usado

para monitorar o desempenho em relação ao Plano Operacional Anual.

A *RAS* contribui significativamente para uma estrutura de gerenciamento de risco forte e integrada e para a cultura de risco, ajudando a direcionar e apoiar o crescimento sustentável no contexto de um ambiente de maior risco. O *Apetite de Risco* também é usado no gerenciamento ativo de riscos, juntamente com outras ferramentas de gerenciamento de risco da empresa.

A *RAS* estabelece os níveis e tipos de riscos de forma integrada a que o *HSBC Brasil* está disposto a assumir em suas atividades comerciais para alcançar seus objetivos de negócios. Ela fornece uma base para decisões de negócios considerando o equilíbrio de risco e retorno, e fazendo o melhor uso de nosso capital. A *RAS* está interligada aos planos estratégicos, financeiros e de remuneração deste, e, portanto, demonstra uma visão de futuro ao descrever o perfil de apetite desejado.

A *RAS* consiste em demonstrações qualitativas e métricas quantitativas, cobrindo riscos financeiros e riscos não financeiros.

As métricas de apetite de risco são revistas semestralmente e são fundamentais para o desenvolvimento de estratégias de linha de negócios, planejamento estratégico e de negócios e para a avaliação da Diretoria.

Mapa de Riscos

O Mapa de Risco fornece uma visão pontual do perfil de risco do *HSBC Brasil* em diversos tipos de risco. Permite que o *RMM* avalie o potencial desses riscos impactarem de forma relevante nos resultados financeiros, reputação ou sustentabilidade do nosso negócio. Os especialistas de risco atribuem *ratings* vermelho, âmbar ou verde a risco "atuais" e "projetados", apoiados por comentários. Os riscos "âmbar" ou "vermelho" exigem que os planos de ação de monitoramento e/ou mitigação estejam em vigor ou iniciados para gerenciar o risco até níveis aceitáveis.

As classificações do Mapa de Risco são uma avaliação julgamental do especialista de risco (a segunda *LOD*) do perfil de risco na sua especialidade. A classificação do Mapa de Risco deve levar em consideração questões específicas do tipo de risco, como evidências objetivas,

indicadores-chave e métricas de risco operacional, quando apropriado.

Riscos Emergentes

O relatório de Riscos Emergentes aborda riscos que ainda não se cristalizaram, mas podem gerar impactos financeiros ou não-financeiros. Eles são segregados entre curto prazo, com o potencial de se formar e cristalizar em um horizonte de seis meses e um ano, e os de médio ou longo prazo, capazes de ter impacto material em nossa estratégia, rentabilidade e reputação a longo prazo, apesar de mais incertos e horizonte temporal de um ano ou mais.

Usamos o relatório para avaliar o ambiente de risco interno e externo e fornecemos uma visão de futuro de questões que poderiam ameaçar a execução da estratégia ou operações do *HSBC*.

O *HSBC Brasil* participa do Fórum Regional de Riscos Emergentes duas vezes por ano. O resultado dessas discussões é compartilhado com o grupo para questionamento e validação do relatório de Riscos Emergentes.

Programa de Testes de Estresse Integrado

O teste de estresse é uma ferramenta essencial de risco, estratégia e gerenciamento de capital para o Grupo *HSBC*.

Usamos testes de estresse para examinar as sensibilidades dos planos de capital e da demanda não planejada de capital regulatório em vários cenários, tanto sob a forma de testes de estresse regulatório quanto de testes de estresse internos. Eles incluem, mas não estão limitados a eventos macroeconômicos adversos, ocorrências geopolíticas e uma variedade de eventos importantes projetados de risco operacional.

Também realizamos testes de estresse internos em uma variedade de cenários e riscos. Estes estão intimamente alinhados com nossas avaliações de Riscos Emergentes e informam nosso apetite de risco. Eles incluem possíveis eventos de risco macroeconômicos, geopolíticos e operacionais, e eventos potenciais específicos para o *HSBC*.

Os cenários selecionados refletem nosso apetite de risco para rentabilidade, capital e liquidez. A análise de testes de estresse ajuda a Diretoria a entender a natureza e a extensão de qualquer vulnerabilidade. Testes de estresse internos

alertam as ações da gestão de várias maneiras. Os impactos nas principais métricas e limites de apetite de risco são considerados, e estes podem ou não ser reavaliados (por exemplo, reduções em limites de carteira, limites ou exposições diretas e por meio de um acompanhamento e vigilância mais rigorosos das exposições que podem ser sensíveis estressar). Esse processo é parte integrante da nossa gestão de risco ativa e mais detalhes podem ser encontrados na Política de Teste de Estresse.

Risco de crédito

Gerenciamento do risco de crédito

(Não auditado)

O risco de crédito é o risco de perdas financeiras no caso de um cliente ou contraparte não cumprir com uma obrigação no âmbito de um contrato. Surge principalmente de empréstimos, financiamentos, adiantamentos e de contratos de arrendamento mercantil, mas também está presente em certos saldos registrados em contas de compensação, tais como garantias e valores de referência dos derivativos, e também do posicionamento do *HSBC Brasil* em instrumentos de dívida.

O *HSBC Brasil* mensura o risco de crédito como o valor que poderia ser perdido se um cliente ou contraparte falhasse em realizar os pagamentos devidos ao banco. Sendo assim, o risco é monitorado usando diversas métricas internas de gerenciamento de risco garantindo que estejam e permaneçam dentro dos limites aprovados por indivíduos dentro da governança de autoridades delegadas. O risco, além disso, é gerenciado através de uma governança robusta de controle de risco que dispõe para os gestores de risco políticas, princípios e orientações claras e consistentes.

O *HSBC Brasil* adota políticas de crédito, procedimentos e orientações na concessão de crédito que visam satisfazer tanto às exigências locais quanto às normas do *HSBC*. A autoridade para a aprovação de crédito é delegada pela Diretoria Executiva ao Diretor Executivo de Risco, o qual responde ao Presidente do *HSBC Brasil* sobre questões relacionadas a crédito, mantendo uma linha funcional de comunicação direta com o

diretor responsável pela função de Risco na América Latina.

A função de Risco de Crédito no *HSBC Brasil* é responsável pelas políticas e processos para gerenciamento de risco de crédito, incluindo a criação de políticas e governança de *ratings* de risco, guiar o apetite do banco para exposições a risco de crédito, assumindo revisões independentes e avaliações objetivas do risco de crédito, além do monitoramento da performance e o gerenciamento do portfólio.

Os principais objetivos do nosso gerenciamento de risco de crédito são:

- Manter uma forte cultura de empréstimos responsáveis dentro do *HSBC Brasil*, além de políticas e estrutura de controles de risco robustos.
- Realizar parcerias com e desafiar as áreas de negócios na definição, implementação e contínua reavaliação do nosso apetite a risco sob condições reais e estressadas.
- Garantir que haja avaliação independente e especialista dos riscos de crédito, seus custos e sua mitigação.

Não houveram mudanças materiais nas políticas e práticas relacionadas com o gerenciamento do risco de crédito em 2018.

Adoção do IFRS 9 “Instrumentos Financeiros”

O *HSBC Brasil* adotou os requerimentos do IFRS 9 “Instrumentos Financeiros” em 1º de Janeiro de 2018.

A adoção do IFRS 9 não resultou em uma mudança significativa ao modelo de negócio do *HSBC Brasil*, ou dos seus negócios globais. Isso inclui nossa estratégia, oferta de produtos e segmentos-alvo de clientes.

Estabelecemos processos de gerenciamento do risco de crédito e ativamente avaliamos o impacto de desenvolvimentos econômicos em clientes específicos, segmentos de clientes ou carteiras. Se prevermos mudanças em condições de crédito, tomamos ações mitigantes, incluindo a revisão de apetites ao risco ou limites e prazos, conforme apropriado. Adicionalmente, continuamos a avaliar os termos sob os quais fornecemos limites de crédito dentro do contexto de requerimentos de clientes individuais, na qualidade do relacionamento, requerimentos regulatórios locais, práticas de mercado e nossa posição no mercado local.

Como resultado da adoção do IFRS 9, a Administração possui uma nova visão e medidas não previamente utilizadas e que, com o tempo, podem influenciar o nosso apetite ao risco e processos de gerenciamento de riscos.

Processo do IFRS 9

O processo do IFRS 9 compreende três áreas principais: modelagem e dados; implementação; e governança.

Modelagem e dados

Anteriormente à implementação do IFRS 9, o departamento de Risco Global possuía modelos pré-existentes para Basileia e também modelos comportamentais na maior parte das geografias. Esses foram melhorados ou complementados para endereçar os requerimentos do IFRS 9, com governança apropriada e revisão independente.

Implementação

Um motor de cálculo centralizado de inadimplência realiza o cálculo das perdas de crédito esperadas utilizando dados, os quais estão sujeitos a inúmeras validações e melhoramentos, de uma variedade de sistemas de clientes,

finanças e riscos. Quando possível, essas validações e processos são realizados de maneira centralizada e globalmente consistente.

Governança

Uma série de fóruns regionais gerenciais de revisão foram estabelecidos em localizações e regiões-chave com o intuito de revisar e aprovar os resultados das provisões de crédito. Os fóruns de revisão gerencial regionais possuem representantes de Risco de Crédito e Finanças. As aprovações de países e regiões são reportadas até o comitê global de *impairment* para aprovação final das perdas esperadas para o período. Membros requeridos do comitê são os *heads* globais de *Wholesale Credit*, *Market Risk*, e *Retail Banking and Wealth Management* ('RBWM') *Risk*, assim como os CFOs dos negócios globais e o Contador-chefe do Grupo.

Qualidade de crédito dos instrumentos financeiros

Nosso sistema de *rating* de risco facilita o uso da abordagem baseada em *ratings* internos da estrutura de Basileia adotada pela Grupo para suportar o cálculo de requerimento mínimo de capital regulatório para o risco de crédito.

As cinco classificações de qualidade de crédito englobam um intervalo granular de notas internas de crédito atribuídas ao atacado, e os *ratings* externos atribuídos pelas agências externas aos títulos de dívida.

Para títulos de dívida e alguns outros instrumentos financeiros, *ratings* externos foram alinhados às cinco classificações baseadas no mapeamento de *CRRs* relacionados ao *rating* de crédito externo.

Empréstimos e recebíveis do atacado

A escala interna de 10 notas do *CRR* (*credit risk ratings*) sumariza uma escala mais granular de 23 notas de probabilidade de inadimplência ('*PD*') do devedor. Todos os clientes corporativos são avaliados utilizando a escala de 10 ou 23 notas, dependendo do grau de sofisticação da abordagem de Basileia adotado para a exposição.

Cada banda do *CRR* está associada a uma nota de *rating* externo por referência a taxas de inadimplência de longo prazo para aquela nota, representadas pela média das taxas históricas de inadimplência ponderada pelo emissor. Essa mapeamento entre *ratings* interno e externo é indicativo e pode variar ao longo do tempo.

Riscos

(Em milhares de reais)

Resumo dos instrumentos financeiros que são aplicáveis aos requerimentos de *impairment* com base no *IFRS 9*

Resumo dos instrumentos financeiros que são aplicáveis aos requerimentos de *impairment* com base no IFRS 9

	Em 31 de Dezembro de		Em 1º de Janeiro de 2018	
	Valor contábil bruto	Provisão para perda esperada	Valor contábil bruto	Provisão para perda esperada
Caixa e saldos livres com o Banco Central	71	-	-	-
Operações de compra com compromissos de revenda - não negociação	49.964	-	3.731	-
Empréstimos e adiantamentos a bancos	16.866	-	20.673	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	50.000	(18)
Outros ativos financeiros	229.507	(184)	207.550	(2.180)
Total do valor contábil bruto de on-balance	296.408	(184)	281.954	(2.198)
Compromissos de empréstimos	-	-	-	-
Garantias financeiras	174.339	(1.054)	-	-
Total do valor nominal de off-balance	174.339	(1.054)	-	-
	470.747	(1.238)	281.954	(2.198)

	Em 31 de Dezembro de		Em 1º de Janeiro de 2018	
	Valor justo	Provisão para perda esperada (*)	Valor justo	Provisão para perda esperada (*)
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	1.110.514	(260)	930.917	(414)

(*) Provisão para perda esperada registrada em outros resultados abrangentes.

A tabela a seguir fornece uma visão geral do risco de crédito por estágio e a cobertura associada da perda de crédito esperada. Os ativos financeiros registrados em cada estágio têm as seguintes características:

- estágio 1: sem prejuízo e sem aumento significativo no risco de crédito, no qual é reconhecido um subsídio de 12 meses para perda de crédito esperada;
- estágio 2: um aumento significativo no risco de crédito tem sido observado desde o reconhecimento inicial, no qual uma perda de crédito esperada permanente é reconhecida;
- estágio 3: evidência objetiva de redução ao valor recuperável, e, portanto, são considerados inadimplentes ou de outra forma prejudicados, nos quais uma perda de crédito esperada permanente é reconhecida.

	Valor contábil/			Provisão para perda esperada			% Cobertura		
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3
Caixa e saldos livres com o Banco Central	71	-	-	-	-	-	0%	0%	0%
Operações de compra com compromissos de revenda	49.964	-	-	-	-	-	0%	0%	0%
Empréstimos e adiantamentos a bancos	16.866	-	-	-	-	-	0%	0%	0%
Outros ativos financeiros	229.507	-	-	(184)	-	-	0%	0%	0%
Total do valor contábil bruto de on-balance	296.408	-	-	(184)	-	-	0%	0%	0%
Garantias financeiras	174.339	-	-	(1.054)	-	-	1%	0%	0%
Total do valor nominal de off-balance	174.339	-	-	(1.054)	-	-	1%	0%	0%
Total	470.747	-	-	(1.238)	-	-	0%	0%	0%

Riscos

(Em milhares de reais)

Exposição ao risco crédito

A exposição do *HSBC Brasil* ao risco de crédito ocorre em várias classes de ativos, incluindo derivativos, ativos financeiros mantidos para negociação, empréstimos e adiantamentos a clientes e investimentos financeiros. De forma a evitar a concentração excessiva de risco, as políticas e procedimentos estabelecidos pelo *HSBC* incluem orientações específicas à manutenção de uma carteira diversificada. Concentrações de risco de crédito identificadas são controladas adequadamente e administradas.

A tabela abaixo apresenta a exposição máxima ao risco de crédito dos instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial e nas contas de compensação, sem considerar quaisquer garantias recebidas ou outros reforços de crédito. Para ativos financeiros reconhecidos no balanço, a exposição máxima ao risco de crédito equivale ao valor contabilizado; para garantias financeiras concedidas e contratos similares, é o montante máximo que o *HSBC Brasil* pagaria caso todas as garantias fossem solicitadas. Para compromissos

de empréstimos e outros compromissos relacionados a crédito irrevogáveis durante o ciclo de vida das respectivas linhas de crédito, é o montante total das linhas de crédito comprometidas. O *HSBC Brasil* não possuía garantias financeiras concedidas e compromissos de empréstimos e outros compromissos relacionais a crédito irrevogáveis em 2018 e 2017.

Outros mitigadores de risco de crédito

Enquanto não divulgados como um ajuste de *offsetting* na tabela “Exposição máxima de risco de crédito”, outras ações estão sendo tomadas para a redução da nossa exposição máxima ao risco de crédito.

Exposição máxima ao risco de crédito

(Auditado)

	2018	2017
	Exposição máxima	Exposição máxima
Caixa e saldos livres com o Banco Central	71	-
Operações de compra com compromisso de revenda - não negociação	49.964	3.731
Instrumentos financeiros derivativos	248.432	29.579
Empréstimos e adiantamentos mensurados ao custo amortizado:	16.866	70.673
- a bancos	16.866	20.673
- a clientes	-	50.000
Investimentos financeiros	1.110.514	930.917
Outros ativos	12.531	15.638
Total da exposição máxima ao risco de crédito do balanço em 31 de Dezembro	1.438.378	1.050.538

Concentração da exposição

(Não auditado)

Concentrações de risco de crédito surgem quando um número de contrapartes ou exposições tem características econômicas similares, ou as contrapartes estão envolvidas em atividades semelhantes ou operam nas mesmas regiões geográficas ou setores econômicos, de modo que

sua capacidade coletiva para cumprir as obrigações contratuais seja uniformemente afetada por mudanças nos cenários econômicos, políticos ou outras condições. Risco de precificação incorreta de inadimplência é uma forma agravada de concentração de risco que surge quando há uma forte correlação entre a probabilidade de inadimplência da contraparte e o valor de mercado da operação.

Riscos

(Em milhares de reais)

Qualidade de crédito

(Não auditado)

Nossos sistemas e processos de classificação e de gerenciamento de risco estão estabelecidos para identificar os segmentos com maior concentração de risco e probabilidade de perda. No caso de clientes individualmente significativos, avaliações de risco são realizadas periodicamente, e quaisquer alterações necessárias são implementadas imediatamente.

Regularmente as equipes de revisão de crédito e identificação de risco efetuam a avaliação de exposições e dos processos para fornecer uma opinião independente e rigorosa acerca dos riscos de crédito no *HSBC Brasil*, reforçando o gerenciamento secundário dos riscos e disseminando as melhores práticas. A auditoria interna desempenha uma função terciária, focada nos riscos com uma perspectiva global e na concepção e efetividade dos controles primários e secundários, realizando auditorias de supervisão através de amostragens regionais e globais de toda a estrutura de controle, auditorias específicas de riscos-chaves emergentes e auditoria de projetos para avaliar as principais iniciativas de mudanças.

Qualidade de crédito dos instrumentos financeiros

(Não auditado)

As cinco classificações definidas a seguir descrevem a qualidade de crédito dos empréstimos, carteiras de títulos e valores mobiliários e derivativos do *HSBC Brasil*. Cada uma delas inclui uma série de notas internas de classificação de crédito para operações de atacado.

Definições das classificações de qualidade

- Forte: Exposições demonstram uma forte capacidade de cumprir compromissos financeiros, com probabilidade insignificante ou baixa de inadimplência e/ou níveis de perda esperada;
- Boa: Exposições precisam de maior monitoramento e demonstram boa capacidade de cumprir compromissos financeiros, com baixo risco de inadimplência;

- Satisfatória: Exposições precisam de monitoramento contínuo e demonstram uma capacidade média a regular de cumprir compromissos financeiros, com expectativa de que haja pequenas perdas após a adoção de processos de recuperação;
- Abaixo do padrão: Exposições necessitam de graus diferentes de atenção especial, e o risco de inadimplência é uma preocupação maior; e
- Deteriorada: Exposições foram avaliadas, individual ou coletivamente, como deterioradas.

Riscos

(Em milhares de reais)

Garantias**Garantias e outros reforços de crédito**

(Não auditado)

Derivativos

A comercialização de instrumentos financeiros derivativos junto a clientes é precedida da aprovação de limites de crédito. O processo de aprovação dos limites também leva em consideração potenciais cenários de estresse.

O conhecimento do cliente, do setor em que atua e do seu perfil de apetite a riscos, assim como a prestação de informações sobre os riscos envolvidos em cada transação e sobre as condições negociadas, asseguram a transparência na relação entre as partes e permitem que se ofereça ao cliente o produto mais adequado às suas necessidades. Usualmente, as operações de derivativos efetuadas pelo *HSBC Brasil* junto a

clientes são neutralizadas de modo a eliminar os riscos de mercado.

A maior parte dos contratos de derivativos negociados pelo *HSBC Brasil* refere-se a operações de *swap*, termos e futuros, registradas na *B3*.

Os principais fatores de risco dos derivativos assumidos pelo *HSBC Brasil* estão relacionados a taxas de câmbio, taxas de juros e de cupons de dólar. O gerenciamento desses e de outros fatores de risco de mercado está apoiado em modelos determinísticos e estatísticos sofisticados. Com base nesse modelo de gestão, o *HSBC Brasil* tem conseguido otimizar a relação risco-retorno, mesmo em situações de grande volatilidade.

Empréstimos e adiantamentos a clientes – por setor econômico

(Auditado)

A tabela a seguir demonstra os empréstimos e adiantamentos a clientes por setor econômico:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Instituições financeiras não bancárias	-	50.000

Riscos

(Em milhares de reais)

Risco de liquidez e de captação

(Não auditado)

O risco de liquidez é o risco de que o *HSBC Brasil* não tenha recursos financeiros suficientes para cumprir com suas obrigações à medida que vencem, ou que tenha de vir a fazê-lo a um custo excessivo. Esse risco decorre da inadequação do calendário de fluxos de caixa. Risco de captação (uma forma de risco de liquidez) surge quando a liquidez necessária para financiar posições ativas sem liquidez não pode ser obtida nos termos esperados e quando necessário.

Políticas e procedimentos

(Não auditado)

A gestão de liquidez e de captação é essencialmente realizada localmente pelas empresas do *HSBC Brasil*, em conformidade com as práticas e limites estabelecidos pelo *ALCO*.

Esses limites variam de acordo com o nível de desenvolvimento de liquidez dos mercados onde as empresas operam. De acordo com as políticas do *HSBC Brasil* essas operações são financiadas dentro de limites e políticas internas e regulatórias.

O processo de gestão de liquidez e captação inclui:

- projeção dos fluxos de caixa por moeda em diferentes cenários de estresse, considerando o nível de liquidez necessária em relação a estes;
- acompanhamento da liquidez do balanço;
- manutenção de planos de contingência para liquidez e financiamento. Tais planos devem identificar precocemente os indicadores de condições de estresse e descrever ações a serem tomadas em caso de dificuldades decorrentes de crises sistêmicas ou outras, enquanto minimizam as consequências adversas de longo prazo para o negócio.

Fluxos de caixa a pagar de passivos financeiros do *HSBC Brasil* por prazo contratual

(Auditado)

	Sem vencimento ¹	Até 3 meses	Entre 3 e 12 meses	Entre 1 e 5 anos	Acima de 5 anos
Instrumentos financeiros derivativos	377.312	-	-	-	-
Instrumentos de dívida emitidos	-	-	-	114.044	-
Outros passivos financeiros	-	37.151	4.297	9.071	-
Total	377.312	37.151	4.297	123.115	-
Garantias financeiras e contratos similares	174.339	-	-	-	-
Em 31 de Dezembro de 2018	551.651	37.151	4.297	123.115	-
Proporção de fluxos de caixa a pagar por período	77%	5%	1%	16%	0%

	Sem vencimento ¹	Até 3 meses	Entre 3 e 12 meses	Entre 1 e 5 anos	Acima de 5 anos
Instrumentos financeiros derivativos	91.436	-	-	-	-
Outros passivos financeiros	-	923	-	-	-
Em 31 de Dezembro de 2017	91.436	923	-	-	-
Proporção de fluxos de caixa a pagar por período	99%	1%	0%	0%	0%

¹ Os saldos classificados como "sem vencimento" podem ser liquidados a qualquer momento e incluem os derivativos classificados como para negociação.

Riscos

(Em milhares de reais)

Os saldos na tabela acima podem não refletir diretamente os saldos do balanço patrimonial consolidado, pois representam, numa base não descontada, todos os fluxos de caixa relativos à principal e pagamentos de juros futuros (exceto passivos e derivativos para negociação). Passivos e derivativos para negociação foram incluídos na faixa de “sem vencimento”, desconsiderando o prazo contratual, pois tais operações são tipicamente liquidadas no curto prazo. Os fluxos de caixa não descontados que potencialmente ocorrerão em função das garantias e outros contratos similares estão classificados com base na data mais recente que poderão ser liquidados.

Ativos vinculados

(Não auditado)

O objetivo desta divulgação é de facilitar a compreensão dos ativos disponíveis e sem restrições que poderiam ser usados para apoiar potenciais necessidades de captação e garantias no futuro.

Um ativo é definido como vinculado se tiver sido dado como garantia contra um passivo existente, e como resultado, não está mais disponível para o Grupo para garantir a captação, satisfazer as necessidades de garantias ou ser vendido para

reduzir a necessidade de captação. Um ativo é, portanto, classificado como não vinculado se não for dado como garantia contra um passivo existente.

Ativos não vinculados são ainda analisados em quatro subcategorias separadas: ‘ativos facilmente realizáveis’, ‘outros ativos realizáveis’, ‘operações de compra com compromisso de revenda/derivativos’ e ‘não podem ser utilizados como garantia’.

Esta divulgação não é designada para identificar os ativos que estariam disponíveis para atender as reivindicações dos credores ou de prever recursos que estariam disponíveis para os credores em caso de uma decisão ou falência.

A tabela a seguir resume o total de ativos que são capazes de suportar futuras necessidades de captação e garantias e mostra a extensão em que esses ativos estão prometidos para esta finalidade.

Riscos

(Em milhares de reais)

Análise de ativos vinculados e não vinculados

	Vinculados	Não vinculados			Outros	Total
	Dados em garantia	Ativos facilmente realizáveis	Outros ativos realizáveis	Operações de compra com compromisso de revenda/ Derivativos	Não podem ser utilizados como garantia	
Caixa e saldos livres com o Banco Central	-	71	-	-	-	71
Operações de compra com compromisso de revenda	-	-	-	49.964	-	49.964
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	248.432	-	248.432
Empréstimos e adiantamentos a bancos	-	-	-	-	16.866	16.866
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	465.853	644.661	-	-	-	1.110.514
Outros ativos	9.975	-	-	-	2.556	12.531
Ativos fiscais correntes	-	-	-	-	8.037	8.037
Despesas antecipadas e outros valores a receber	-	-	-	-	219.872	219.872
Ativo Intangível	-	-	-	-	14.119	14.119
Ativo Imobilizado	-	-	-	-	12.768	12.768
Ativo fiscal diferido	-	-	-	-	-	-
Em 31 de Dezembro de 2018	475.828	644.732	-	298.396	274.218	1.693.174

	Vinculados	Não vinculados			Outros	Total
	Dados em garantia	Ativos facilmente realizáveis	Outros ativos realizáveis	Operações de compra com compromisso de revenda/ Derivativos	Não podem ser utilizados como garantia	
Operações de compra com compromisso de revenda	-	-	-	3.731	-	3.731
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	29.579	-	29.579
Empréstimos e adiantamentos a bancos	-	-	-	-	20.673	20.673
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	-	-	50.000	50.000
Investimentos Financeiros	171.779	759.138	-	-	-	930.917
Outros ativos	9.549	-	-	-	6.089	15.638
Ativos fiscais correntes	-	-	-	-	5.410	5.410
Despesas antecipadas e outros valores a receber	-	-	-	-	197.014	197.014
Ativo Intangível	-	-	-	-	246	246
Ativo Imobilizado	-	-	-	-	10.264	10.264
Ativo fiscal diferido	-	-	-	-	13	13
Em 31 de Dezembro de 2017	181.328	759.138	-	33.310	289.709	1.263.485

Risco de mercado

(Não auditado)

O quadro abaixo resume as principais áreas de negócio onde o risco de mercado reside bem como as principais métricas adotados pelo *HSBC Brasil* para o seu monitoramento e gerenciamento.

Tipos de Risco	Negociação	Não Negociação
		Taxa de Cambio Taxa de Juros
Linhas de Negócio	GB&M e BSM	BSM
Métricas de Risco	VaR Sensibilidade Teste de Estresse	VaR Sensibilidade Teste de Estresse

O objetivo da administração de risco de mercado do *HSBC Brasil* é gerenciar e controlar as exposições oriundas dos fatores de risco de mercado a fim de otimizar o retorno sobre o risco e ao mesmo tempo manter um perfil de mercado consistente com o Apetite de Risco estabelecido pela instituição.

A natureza das estratégias de proteção (*hedging*) e mitigação de risco utilizadas pela instituição está alinhada com os instrumentos disponíveis no mercado. Estas estratégias utilizam basicamente os instrumentos disponíveis no mercado brasileiro como por exemplo contratos futuros negociados na bolsa de mercadorias e futuros.

O *HSBC Brasil* segrega as exposições ao risco de mercado em carteiras destinadas a negociação e não destinadas à negociação. Carteiras de negociação incluem posições próprias e outras posições marcadas a mercado.

Carteiras não destinadas à negociação incluem posições oriundas da administração do risco de taxa de juros dos ativos e passivos não incluídos nas carteiras de negociação, ou seja, provenientes da carteira bancária e investimentos financeiros disponíveis para venda, como por exemplo a carteira de títulos públicos.

O gerenciamento do risco de mercado é de responsabilidade do segmento de *Global Markets (GB&M)* para a carteira de negociação e *Balance Sheet Management (BSM)* para a carteira de não-negociação, que utilizam seus limites de risco aprovados pela Diretoria Executiva do Brasil de acordo com os limites de alçada estabelecidos pelo *HSBC*. Os limites são estabelecidos por tipo de carteira, produto e tipos de risco. O *HSBC Brasil* possui uma área independente responsável pelo gerenciamento e controle de risco de

mercado, tal área é responsável por mensurar e reportar as exposições de risco de mercado conformidade as políticas definidas pelo *HSBC* e monitorar e reportar diariamente essas exposições em relação a limites preestabelecidos.

A área de gerenciamento de risco de mercado é responsável por avaliar os riscos de mercado que surgem em cada produto e assegurar que estes sejam transferidos e gerenciados por *Global Markets*. O objetivo é assegurar que todos os riscos de mercado sejam consolidados em uma área que possua as competências e ferramentas de administração e governança necessárias para geri-los profissionalmente.

O *HSBC Brasil* utiliza uma variedade de ferramentas para monitorar e limitar as exposições ao risco de mercado, incluindo análises de sensibilidade, *VAR* e testes de estresse.

Análise de sensibilidade

(Não auditado)

A análise de sensibilidade é usada para monitorar as exposições às taxas de juros, por exemplo, medindo a sensibilidade do valor de mercado de uma posição ao movimento de um ponto base (0,01%) nas taxas de juros. Limites de sensibilidade são determinados para níveis de carteira, produto e tipo de risco e prazo.

Valor em Risco (VAR)

(Não auditado)

VAR é uma ferramenta estatística que estima as perdas potenciais que podem acontecer em uma carteira devido aos movimentos nos fatores de risco de mercado, levando em consideração um horizonte de tempo específico e um determinado intervalo de confiança (probabilidade).

Os modelos de *VAR* utilizados pelo *HSBC Brasil* baseiam-se em simulação histórica, ou seja, utilizam uma série histórica de preços e taxas, levando em consideração a correlação entre os diversos ativos e passivos.

Os modelos de simulação histórica possuem as seguintes características:

- movimentos potenciais de mercado são calculados com referência às informações dos últimos dois anos.
- VAR é calculado utilizando o intervalo de confiança de 99% e horizonte de tempo de um dia.

Como resultado, um aumento da volatilidade no mercado irá causar um aumento no VAR, mesmo sem qualquer alteração das posições subjacentes.

O *HSBC Brasil* valida rotineiramente a acuracidade de seu modelo de VAR por meio de testes de aderência. Nesse tipo de teste são contrastados o valor do VAR e o resultado diário da carteira (ganho ou perda), ajustado para remover itens não modelados, como taxas e comissões.

Estatisticamente, esperam-se perdas reais além do VAR somente em 1% dos casos no período de um ano. O número real de excessos durante esse período pode, portanto, ser usado para medir a acuracidade do modelo e seu aperfeiçoamento.

Limitações do Modelo de VAR

Embora seja um guia valioso e simples para a mensuração do risco, o VAR deve sempre ser visto no contexto de suas limitações. Por exemplo:

- o uso de dados históricos como referência para estimar eventos futuros pode não incluir todos os eventos potenciais, especialmente os extremos por natureza.
- o uso do horizonte de tempo de um dia possui a premissa de que todas as posições possam ser liquidadas ou seus riscos possam ser protegidos (*hedged*) em um só dia. Essa premissa pode não refletir completamente o risco de mercado que surge em épocas de profunda falta de liquidez, quando o período de um dia pode ser insuficiente para liquidar ou fazer *hedge* de todas as posições integralmente.
- o uso do intervalo de nível de confiança de 99%, por definição, não leva em consideração perdas que possam acontecer além desse nível de confiança.
- o VAR é calculado com base nas exposições em aberto no fechamento do dia, portanto não

reflete necessariamente as exposições tomadas intradia.

- o poder preditivo do VAR limita-se às condições normais de mercado, ou seja, é pouco provável que o VAR capture a probabilidade de perdas por eventos extremos de mercado (veja seção “Teste de estresse”).

Teste de estresse

(Não auditado)

Em reconhecimento às limitações do VAR, o *HSBC Brasil* utiliza testes de estresse para avaliar o impacto potencial que o valor de sua carteira pode sofrer como decorrência de movimentos ou eventos extremos, porém plausíveis, em um conjunto de variáveis financeiras.

Os cenários são adaptados para capturar eventos relevantes ou movimentos de mercado não contemplados em outras métricas de risco. O apetite de risco a essas potenciais perdas estressadas é definido e monitorado por meio de limites de referência (*referral limits*).

Os resultados dos testes de estresse fornecem à Administração uma avaliação do impacto financeiro que tais eventos teriam sobre o resultado do *HSBC Brasil*. As perdas diárias durante 2018 aconteceram dentro dos cenários de perda reportados.

Todos os riscos nesta seção estão reportados sob a perspectiva do VAR. Não é permitido ao *HSBC Brasil* tomar risco de mercado em operações que envolvem mercadorias, portanto possíveis posições são perfeitamente cobertas por operações contrárias (“*fully back to back*”). A tabela a seguir fornece uma visão geral do VAR para o *HSBC Brasil*:

Riscos

(Em milhares de reais)

	2018		2017	
	Negociação	Não destinados a negociação	Negociação	Não destinados a negociação
Taxa de câmbio	14	-	4	-
Taxa de juros	216	1.726	686	410

Carteiras de negociação

(Não auditado)

Carteiras de negociação compreendem posições resultantes de atividade de *market-making* e facilitação de clientes.

O controle de risco de mercado do *HSBC Brasil* é baseado em uma política de restrição de operações de acordo com uma lista de

instrumentos aprovados pela área de Risco, em cumprimento a procedimentos rigorosos para a aprovação de novos produtos e restrição de negociação de derivativos mais complexos, de acordo com o nível de especialização e sistemas de controle existentes.

O VAR de carteiras de negociação está detalhado no quadro abaixo:

Valor em risco por tipo de atividade de negociação

(Não auditado)

	Taxa de Câmbio	Taxa de juros	Total ¹
Em 31 de Dezembro de 2018	14	1.863	1.744
Em 31 de Dezembro de 2017	4	686	674
Média			
2018	70	1.274	1.187
2017	105	259	334
Mínimo			
2018	-	333	317
2017	-	-	-
Máximo			
2018	2.641	2.757	3.424
2017	1.330	1.735	1.735

¹ O VAR total não é aditivo em todos os tipos de risco devido aos efeitos da diversificação.

Valor em Risco Estressado (VAR Estresse) das carteiras de negociação

Embora o VAR Estresse seja usado principalmente para o propósito de capital regulatório e embora o *HSBC Brasil* ainda utilize modelos padronizados para fins de cálculo de capital para risco de mercado, esta métrica está integrada no processo da gestão de riscos para destacar posições de risco potenciais com base volatilidade do mercado em cenários de estresse. O VAR Estresse complementa outras medidas de risco, proporcionando as perdas potenciais decorrentes da turbulência do mercado. Os cálculos são baseados em um período contínuo de um ano para a carteira de negociação, com base na avaliação do período mais volátil na história recente.

O VAR Estresse para carteiras de negociação foi:

VAR Estresse equivalente a 1 dia

	2018	2017
Em 31 de Dezembro	1.034	848

Carteiras não destinadas à negociação

(Não auditado)

O objetivo principal da gestão de risco de mercado das carteiras não destinadas à negociação é otimizar a receita líquida de juros. O risco da taxa de juros nas carteiras não destinadas a negociação surge principalmente de desequilíbrios entre o rendimento futuro de ativos e seu custo de financiamento, como resultado das mudanças das taxas de juros. A mudança futura na receita líquida de juros das carteiras não destinadas à negociação será refletida no valor realizável dessas posições.

A fim de administrar esse risco de forma adequada, o risco de mercado das carteiras não destinadas à negociação é transferido para o *BSM*. Quando as características comportamentais de um produto diferem de suas características contratuais, estas últimas são avaliadas para determinar o verdadeiro risco da taxa de juros subjacente. É necessário que o *ALCO* monitore todos os pressupostos comportamentais e as posições de risco da taxa de juros para assegurar que os mesmos cumpram os limites de risco da taxa de juros estabelecidos pelo *HSBC Brasil*.

Mensuração do Risco de Taxa de Juros da Carteira de Não-negociação

As principais métricas utilizadas para a gestão do risco de taxa de juros da carteira de não-negociação são:

- VaR
- Sensibilidade do *NI*
- Sensibilidade do *EVE*

Valor em risco das carteiras não destinadas à negociação

	2018	2017
Em 31 de Dezembro	1.727	410
Média	703	359
Mínimo	128	122
Máximo	1.994	1.189

Risco operacional

(Não auditado)

Risco operacional é definido como: “O risco de perda resultante de falhas ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou por eventos externos, incluindo risco legal”.

O risco operacional é relevante a cada aspecto do negócio do *HSBC Brasil* e possui uma cobertura abrangente sobre toda a organização. Perdas por fraude, atividades não autorizadas, erros, omissão, ineficiência, falhas nos sistemas ou eventos externos se encaixam na definição de risco operacional.

O objetivo da gestão de risco operacional do *HSBC Brasil* é administrar e controlar o risco operacional de maneira eficiente dentro de níveis aceitáveis, consistentes com seu apetite de risco.

A Estrutura de Gerenciamento do Risco Operacional (*Operational Risk Management Framework – ORMF*) define padrões e controles mínimos e a estrutura de governança para a gestão do risco operacional e controles internos seja identificado, avaliado, monitorado e controlado de forma efetiva.

Esta estrutura inclui a adoção do modelo de governança de riscos de três linhas de defesa.

Risco Legal

(Não auditado)

O *HSBC Brasil*, em conformidade com as políticas e normas do *HSBC*, possui procedimentos para gerir o risco legal e fornecer serviços jurídicos às empresas do grupo. O risco legal se enquadra na definição de risco operacional e inclui o risco contratual, risco de disputa, risco legislativo, risco de obrigações não contratuais e risco de direitos não contratuais.

- Risco contratual é o risco de perda financeira, ação administrativa ou judicial ou dano reputacional decorrentes, de modo geral, de termos contratuais ineficazes ou inadequados com clientes ou com prestadores de serviço e de riscos contratuais fiduciários;
- Risco de disputas é o risco de perda financeira, ação administrativa ou judicial ou dano reputacional decorrentes de um cenário judicial adverso para a resolução de litígios ou do mal gerenciamento de disputas;
- Risco legislativo é o risco de perda financeira, ação administrativa ou judicial ou dano reputacional decorrentes de que uma empresa do *HSBC* falhe em seu dever de identificar, interpretar corretamente e comunicar tempestivamente suas áreas internas acerca de propostas e mudanças legislativas e regulatórias, ou mudanças em precedentes judiciais, que possam impactar uma entidade do Grupo *HSBC*. O risco legislativo também inclui o risco de infrações à legislação concorrencial ou à legislação de proteção de dados pessoais, em que pese a identificação, conhecimento e disseminação interna de tais normas;
- Risco de obrigações não contratuais é o risco de perda financeira, ação administrativa ou judicial ou dano reputacional decorrentes de que uma empresa do *HSBC* infrinja direitos de propriedade intelectual, industrial ou imobiliária de terceiros ou deixe de obedecer a deveres legais não contratuais; e
- Risco de direitos não contratuais é o risco de perda financeira, ação administrativa ou judicial ou dano reputacional decorrentes de violação dos direitos de propriedade intelectual, industrial ou imobiliária do *HSBC* por terceiros.

O *HSBC Brasil* possui um departamento jurídico para auxiliar a administração no controle do risco legal. Esta área fornece consultoria jurídica às áreas do banco e gerencia reclamações judiciais contra, ou iniciadas por empresas do grupo *HSBC* no Brasil.

Nossas entidades legais devem notificar imediatamente ao departamento jurídico qualquer litígio que seja iniciado, ou em haja ameaça de ser iniciado, contra o *HSBC Brasil*. Também devem ser imediatamente informados ao departamento jurídico do *HSBC Brasil*, para que sejam adequadamente conduzidos, todos os processos administrativos sancionadores (por qualquer regulador do *HSBC Brasil*) e procedimentos de natureza criminal iniciados contra o *HSBC Brasil* ou seus administradores ou empregados (agindo nessas qualidades).

Adicionalmente, o departamento jurídico submete aos times adequados do Grupo *HSBC* relatórios periódicos detalhando, entre outras situações, ações judiciais atuais ou esperadas com valores relevantes, todas as ações significativas originadas por uma autoridade regulatória, riscos legais significantes, riscos legais emergentes e outros temas materiais que devam ser de conhecimento do Grupo *HSBC*.

Risco de Compliance

(Não auditado)

O risco de *compliance* é o risco decorrente da falta de cumprimento da letra e espírito dos regulamentos relevantes (leis/regras/códigos), internos e externos, e que regem a conduta do *HSBC* nos diversos países e territórios. Regulamentos pertinentes podem incluir aqueles de fora do país ou território, que por causa de seu alcance extraterritorial tem um impacto local. No *HSBC* os riscos de *compliance* incluem: lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo, sanções, má venda, conduta inadequada de mercado, violação de dever para com o cliente, corrupção e suborno, e violação de padrões regulatórios. A área de *compliance* dá o suporte e aconselhamento necessários às áreas a fim de garantir que existem políticas e procedimentos adequados implantados, e realiza monitoramentos e revisões periódicas.

Riscos

(Em milhares de reais)

Risco de segurança e fraudes

(Não auditado)

A área de segurança e fraudes é responsável por proteger as pessoas, ativos, operações e informações do *HSBC*. Ela desempenha esta função através de uma série de funções específicas incluindo risco de contingência, de fraude, segurança da informação e segurança física, as quais trabalham em harmonia e em parceria com as áreas de negócio para identificar e mitigar os variados riscos e ameaças para as quais a organização está exposta.

Risco de sistemas

(Não auditado)

Risco de sistemas é o risco de falha ou outra deficiência nas plataformas automatizadas que suportam as execuções diárias do *HSBC* (sistemas) ou na infraestrutura dos sistemas (centros de dados, redes, e computadores distribuídos). O gerenciamento de riscos de sistemas é supervisionado globalmente por *HTS (HSBC Technology and Services)*. O monitoramento é realizado por comitês mensais de gerenciamento de riscos que fornecem uma visão geral dos principais riscos existentes e emergentes.

Risco de Terceiros

(Não auditado)

O gerenciamento inadequado de bens e serviços providos por terceiros pode levar ao não cumprimento dos nossos requerimentos operacionais e de negócio, nos quais podem estar envolvidas violações regulatórias, penalidades civis e monetárias ou danos, tanto para o valor de nossas ações quanto para a imagem/reputação de nossa marca.

Onde o *HSBC* é fortemente dependente em um contrato de fornecimento de terceiros, a avaliação e o gerenciamento dos riscos acima são necessários para garantir o controle e mitigação dos mesmos.

Gerenciamento, mensuração e alocação de capital

(Não auditado)

A abordagem de gerenciamento de capital do *HSBC Brasil* é orientada por suas estratégias e necessidades organizacionais, levando em conta a regulamentação aplicável e o ambiente econômico e de negócios em que opera.

É objetivo do *HSBC Brasil* manter uma base de capital forte, alinhada aos requerimentos mínimos estabelecidos pelo regulador, para suportar o desenvolvimento de seus negócios. No *HSBC Brasil*, o qual é parte integrante do *HSBC*, uma das maiores organizações de serviços financeiros e bancários do mundo, o capital é gerenciado localmente, mas de forma integrada ao processo de gestão de capital do *HSBC* como um todo, com consistência e alinhamento.

A estrutura de gerenciamento de capital, aprovada pela Diretoria executiva do *HSBC Brasil*, incorpora uma série de medidas diferentes de capital e inclui o capital investido e o capital regulatório. Esses são definidos assim:

- capital investido é o capital investido no *HSBC Brasil* pelos acionistas.
- capital regulatório é o capital mínimo que o *HSBC Brasil* deve manter conforme determinado pela regulamentação do *BACEN*.

Os seguintes riscos foram identificados como materiais e são gerenciados por estruturas próprias, nos moldes definidos pela regulamentação vigente: crédito, mercado e operacional.

Testes de estresse foram incorporados à estrutura de gerenciamento de risco e são utilizados como um importante mecanismo para a compreensão da sensibilidade das premissas fundamentais do planejamento de capital para o impacto negativo extremo, mas plausível. O teste de estresse permite à alta Administração formular medidas de gestão, prevendo condições com antecedência para refletir cenários de estresse identificados.

A responsabilidade pela alocação de capital e respectivas decisões pertence à Diretoria executiva. Por meio de sua estrutura de processos e governança interna, o *HSBC Brasil* também mantém uma disciplina sobre suas decisões de investimento e alocação de capital, visando a

garantir que os retornos sobre o investimento sejam adequados, tendo em conta os custos de capital.

O processo de gestão de capital é articulado via um plano anual de capital aprovado pela Diretoria executiva, com o objetivo de manter tanto uma quantidade ideal de capital como uma mistura entre seus diferentes componentes. Este plano pode envolver aumento de capital de nível 1 e/ou emissão de dívida subordinada, e estas ações são efetuadas de acordo com as políticas e diretrizes do *HSBC* relacionadas ao mercado e à concentração de investidores, aos custos, às condições de mercado e aos efeitos no perfil de composição e maturidade. O capital é gerenciado para suportar o crescimento planejado dos negócios e cumprir com os requerimentos regulatórios no âmbito do plano anual de capital aprovado pelo *HSBC Brasil*.

Alocação e mensuração de capital

Visando a adequação dos requerimentos de *Basileia III*, o *BACEN* publicou em 2013 as Resoluções nº 4.192/13, que dispõe sobre a metodologia para apuração do Patrimônio de Referência, a 4.193/13, que trata dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência, de Nível I, Capital Principal e Adicionais de Capital Principal, e a 4.280/13 que dispõe sobre a elaboração, divulgação e remessa do Conglomerado Prudencial. Esses normativos, e alterações posteriores, tinham por objetivo adequar os métodos padronizados para apuração dos requerimentos mínimos de *PR* para risco de crédito, mercado e operacional aos padrões internacionais, revogando em definitivo as regras que estavam vigentes desde Julho de 2008.

Para a abordagem avançada, ou seja, baseadas em modelos internos, as respectivas regras para candidatura também sofreram alterações pelo regulador e estão definidas nas Circulares nº 3.646/13, 3.647/13 e 3.648/13 (para risco de mercado, risco operacional e risco de crédito, respectivamente) em vigor desde 1º de Outubro de 2013. Não obstante, normas complementares foram editadas pelo *BACEN*, promovendo alterações nos dispositivos destas normas por meio de diversas Circulares posteriores.

Outra mudança relevante no arcabouço regulatório foi a publicação da Resolução nº 4.553/17, a qual estabeleceu a segmentação do conjunto das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil para fins de aplicação da regulação prudencial. De acordo com os critérios de segmentação do normativo, o *HSBC Brasil* enquadrou-se no segmento S4 em 2018.

O *HSBC Brasil* mantém uma base de capital cuidadosamente gerenciada para cobrir os riscos inerentes ao negócio. A adequação do capital social da entidade é monitorada, dentre outras formas, por meio de regras estabelecidas pelo Comitê de Supervisão Bancária de Basileia, adotadas pelo *BACEN*. Durante 2018, o *HSBC Brasil* cumpriu rigorosamente todas as exigências de capital impostas externamente.

Capital regulatório

(Não auditado)

O capital regulatório, conforme estabelecido pelo *BACEN*, está dividido em dois níveis:

- Capital nível 1 consiste no somatório do Capital Principal (ações e lucros retidos) e do Capital Complementar (instrumentos híbridos de capital e dívida).
- Capital nível 2, que inclui os instrumentos híbridos de capital e dívida (títulos subordinados de dívida de longo prazo).

O *HSBC Brasil S.A. – Banco de Investimento*, instituição financeira integrante do consolidado *HSBC Brasil*, apura o seu *PR* (somatório dos níveis 1 e 2 de capital) de forma individual, utilizando-se dos critérios do plano contábil das instituições do *COSIF*.

A *Basileia II* tem como principal característica a introdução do conceito e importância de se utilizarem as melhores práticas de gestão dos riscos nas organizações, com a recomendação de um arcabouço formado de processos, estruturas e metodologias necessárias à gestão efetiva no dia a dia dos riscos ao qual uma organização está sujeita. Esse acordo baseia-se em uma estrutura conhecida como “os três pilares”:

- o primeiro pilar (pilar I) propõe melhorias e aperfeiçoamentos nas regras para

mensuração dos riscos, permitindo a utilização de modelos internos para apurá-los. Isso melhora a mensuração da exposição aos riscos, além da introdução da exigência de capital para cobertura do risco operacional.

- o segundo pilar (pilar II) estabelece os princípios de supervisão bancária, os critérios para o tratamento dos riscos não cobertos pelo pilar I e definições e procedimentos de gerenciamento por parte da administração.
- o terceiro pilar (pilar III) visa a garantir a introdução de exigências de divulgação para os bancos. As autoridades de supervisão têm um grande número de mensurações que podem usar para exigir que os bancos façam cumprir com essas divulgações. Estas são consideradas critérios de qualificação para o uso de metodologias em particular ou para o reconhecimento de transações e instrumentos em particular.

Em resposta à crise financeira de 2007-2008, o Comitê de Basileia publicou em Junho de 2011 o conjunto de recomendações conhecido como “Basileia III”, que tinha por objetivo:

- melhorar a qualidade do capital regulatório com foco no capital de Nível I;
- reduzir pró-ciclicidade com a introdução de *capital buffers*;
- suplementar os requerimentos de capital com um índice de alavancagem;
- aumentar a cobertura de riscos através da revisão dos requerimentos para risco de mercado, risco de contraparte e securitizações.

Risco de crédito

A *Basileia II* oferece três abordagens de sofisticação crescente para o cálculo das exigências de capital de risco de crédito do pilar I. A mais básica, a abordagem padronizada, exige que bancos agrupem as contrapartes em categorias mais amplas e aplica classificações de risco padronizadas a essas categorias.

As outras duas abordagens compreendem o cálculo de capital utilizando-se métodos de classificação interna baseados em modelos de risco. A abordagem básica (*IRB-F*) permite que

Capital

(Em milhares de reais)

bancos calculem suas exigências de capital de risco de crédito baseadas na sua avaliação interna da probabilidade de inadimplemento – *PD*, mas sujeita suas estimativas de exposição devido ao inadimplemento – *EAD* e perda devido ao inadimplemento – *LGD* aos parâmetros padrões definidos pelo regulador local. Finalmente, a abordagem avançada (*IRB-A*) permite que bancos usem sua própria avaliação interna para determinar *PD* e quantificar *EAD* e *LGD*.

O *HSBC Brasil S.A. – Banco de Investimento* utiliza atualmente a abordagem padronizada para determinar suas exigências de capital de risco de crédito, segundo os procedimentos estabelecidos pela circular nº 3.644/13, do BACEN e regulamentações posteriores.

Risco de mercado

O risco de mercado é medido de forma consolidada, de acordo com os procedimentos determinados pelo BACEN para o cálculo da parcela do *PR* exigido com base em critérios consistentes e passíveis de verificação.

A regulamentação atual permite a adoção de duas metodologias: a abordagem padronizada e a abordagem baseada em modelos internos (avançada).

O *HSBC Brasil S.A. – Banco de Investimento* adotou a abordagem padronizada para determinar suas exigências de capital de risco de mercado.

Risco operacional

O BACEN, por meio da circular nº 3.640/13, estabeleceu três abordagens para o cálculo do risco operacional. O capital exigido dentro da abordagem do indicador básico é um simples percentual sobre o indicador de exposição das receitas de intermediação financeira e das receitas com prestação de serviços, deduzidas as despesas com intermediação financeira. O capital exigido dentro da abordagem padronizada alternativa apresenta o indicador de exposição adicionado ao indicador alternativo de exposição, ponderados e alocados para cada uma das oito linhas definidas de negócio. Finalmente, o capital exigido dentro da abordagem alternativa simplificada utiliza percentuais distintos para cada indicador de exposição.

O *HSBC Brasil S.A. – Banco de Investimento* adota a abordagem do indicador básico para

determinar suas exigências de capital de risco operacional.

Capital

(Em milhares de reais)

Capital regulatório

(Não auditado)

	2018¹	2017¹
Capital Principal, onde:	1.070.194	1.040.535
Capital Social	919.248	919.248
Lucros ou Prejuízos acumulados (no ano) ²	44.327	50.241
Outras Reservas	106.619	71.046
Ajustes Prudenciais ³ , onde:	(14.115)	(197)
Ativos Intangíveis	(14.115)	(246)
Total Nivel I	1.056.079	1.040.338
Patrimônio de Referência⁴	1.056.079	1.040.338
Ativos Ponderados pelo Risco	2.596.702	1.309.548
Risco de Crédito	752.273	317.472
Risco de Mercado	1.382.076	586.082
Risco Operacional	462.353	405.994
% Capital Principal	40,7%	79,4%
% Nivel I	40,7%	79,4%
% Índice de Basileia ⁵	40,7%	79,4%

¹ Com base na demonstração financeira da empresa HSBC Brasil S.A. - Banco de Investimento, o qual é elaborada em BR GAAP.

² Resultado anual líquido da distribuição de juros sobre capital próprio.

³ As deduções de Capital referentes aos Ajustes Prudenciais tiveram seu fator alterado de 80% em 2017 para 100% em 2018.

⁴ A resolução nº 4.192/13 do Banco Central do Brasil, define o Patrimônio de Referência como o somatório dos níveis 1 e 2. O HSBC Banco de Investimento, para os períodos apresentados, possui somente capital de Nivel I.

⁵ O percentual mínimo estabelecido/requerido pelo BACEN para 2018 é de 8,625%.

Para maiores informações sobre o capital regulatório do HSBC Brasil S.A. – Banco de Investimento, vide o Relatório de Gerenciamento de Riscos e Capital disponível em www.hsbc.com.br.

Demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018

Preparada de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – *IFRS*

(Em milhares de reais)

Conteúdo

33	Demonstrações financeiras consolidadas	67	14 Ativos intangíveis
34	Aprovação da demonstração financeira consolidada	68	15 Ativo imobilizado
35	Relatório dos Auditores Independentes	68	16 Investimentos em subsidiárias
38	Demonstração consolidada do resultado	69	17 Despesas antecipadas e outros valores a receber
39	Demonstração consolidada do resultado abrangente	69	18 Outros ativos
		69	19 Instrumentos de dívida emitidos
40	Balanço patrimonial consolidado	69	20 Outros passivos
41	Demonstração consolidada dos fluxos de caixa	69	21 Receita antecipada e outras obrigações
42	Demonstração consolidada das mutações do patrimônio líquido	70	22 Provisões
		71	23 Análise do vencimento de ativos e passivos financeiros
	Notas explicativas à demonstração financeira consolidada	74	24 Ativos oferecidos em garantia e garantias recebidas
44	1 Contexto operacional	74	25 Patrimônio Líquido
44	2 Bases de preparação e políticas contábeis significativas	75	26 Informações adicionais à demonstração dos fluxos de caixa
56	3 Operações de compras com compromissos de revenda	75	27 Transações com partes relacionadas
56	4 Receita de tarifas e comissões	76	28 Outras informações
56	5 Remuneração e benefícios a empregados	76	28.1 Garantias financeiras prestadas
57	6 Pagamentos baseados em ações	76	28.2 Compromissos de arrendamento mercantil
58	7 Dividendos e juros sobre o capital próprio	77	28.3 Efeitos da reclassificação após a adoção do <i>IFRS 9</i>
58	8 Impostos sobre o lucro		
59	9 Análise por segmentos		
61	10 Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao valor justo		
64	11 Valor justo dos instrumentos financeiros não contabilizados ao valor justo		
65	12 Instrumentos financeiros derivativos		
66	13 Investimentos financeiros		

**Demonstrações financeiras consolidadas
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018**

Preparada de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – *IFRS*

(Em milhares de reais)

Aprovação das demonstrações financeiras consolidadas

O Comitê de Auditoria revisou a demonstração financeira consolidada de 31 de dezembro de 2018 do *HSBC Brasil*, preparada de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – *IFRS*, em 25 de Março de 2019, conferindo-a transparência e qualidade, bem como confirmando a veracidade e integridade das informações apresentadas.

Com base no exposto, o Comitê Executivo aprovou essa demonstração financeira.

Demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018

Preparada de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – *IFRS*

(Em milhares de reais)

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
HSBC Brasil Holding S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas da HSBC Brasil Holding S.A. ("Instituição") e sua controlada, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da HSBC Brasil Holding S.A. e sua controlada em 31 de dezembro de 2018, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação a Instituição e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018

Preparada de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – *IFRS*

(Em milhares de reais)

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o use dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

**Demonstrações financeiras consolidadas
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018**

Preparada de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – *IFRS*

(Em milhares de reais)

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 1 de abril de 2019

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Emerson Laerte da Silva
Contador CRC 1SP171089/O-3

Demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018

Preparada de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – IFRS

(Em milhares de reais)

Demonstração consolidada do resultado para o exercício findo em 31 de Dezembro

	Notas	2018	2017
Receita de juros		143.188	148.959
Despesa de juros		(7.313)	(1.538)
Receita líquida de juros		135.875	147.421
Receita de tarifas e comissões	4	44.123	42.938
Despesa de tarifas e comissões		(2.278)	(1.158)
Receita líquida de tarifas e comissões		41.845	41.780
Receita líquida de juros das atividades de negociação		57.927	43.228
Lucro líquido de negociação		57.927	43.228
Outras receitas operacionais		18.911	7.602
Receitas operacionais		254.558	240.031
Mudanças em perdas esperadas de crédito e outras despesas com <i>impairment</i> de crédito		1.114	-
Receita líquida operacional		255.672	240.031
Remuneração e benefícios a empregados	5	(89.271)	(72.636)
Despesas gerais administrativas		(46.562)	(34.839)
Amortização de ativos intangíveis	14	(82)	(82)
Depreciação do imobilizado	15	(2.084)	(1.841)
Despesas operacionais		(137.999)	(109.398)
Lucro operacional		117.673	130.633
Lucro antes dos impostos		117.673	130.633
Impostos sobre o lucro	8	(38.812)	(40.122)
Lucro líquido do exercício		78.861	90.511
Lucro atribuível aos acionistas da empresa controladora		78.861	90.511
Lucro atribuível a participação de não-controladores		-	-

As notas explicativas e as informações auditadas das seções "Risco" e "Capital" são parte integrante da demonstração financeira consolidada.

Demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018

Preparada de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – *IFRS*

(Em milhares de reais)

Demonstração consolidada do resultado abrangente para o exercício findo em 31 de Dezembro

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	78.861	90.511
Itens que serão reclassificados subsequentemente para lucros ou prejuízos quando alcançadas condições específicas		
Investimentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(14.830)	6.289
Valor justo	(26.681)	11.436
Perdas de crédito esperadas reconhecidas no resultado	(154)	-
Imposto de renda	12.005	(5.147)
Total de outros resultados abrangentes, líquida de impostos	(14.830)	6.289
Resultado abrangente do exercício	64.031	96.800
Resultado abrangente do exercício atribuível aos:		
Acionistas da empresa controladora	64.031	96.800
Participação de não controladores	-	-
Resultado abrangente do exercício	64.031	96.800

As notas explicativas e as informações auditadas das seções "Risco" e "Capital" são parte integrante da demonstração financeira consolidada.

Demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018

Preparada de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – IFRS

(Em milhares de reais)

Balanco patrimonial consolidado em 31 de Dezembro

	Notas	Em 31 de Dezembro de 2018	Em 1º de Janeiro de 2018	Em 31 de Dezembro de 2017
Ativos				
Caixa e saldos livres com o Banco Central		71	-	-
Operações de compra com compromissos de revenda	3	49.964	3.731	3.731
Instrumentos financeiros derivativos	12	248.432	29.579	29.579
Empréstimos e adiantamentos a bancos		16.866	20.673	20.673
Empréstimos e adiantamentos a clientes		-	49.982	50.000
Investimentos financeiros	13	1.110.514	930.917	930.917
Outros ativos	18	12.531	15.638	15.638
Ativos fiscais correntes		8.037	5.410	5.410
Despesas antecipadas e outros valores a receber	17	219.872	194.834	197.014
Ativos intangíveis	14	14.119	246	246
Ativo imobilizado	15	12.768	10.264	10.264
Ativos fiscais diferidos	8	-	13	13
Total de ativos		1.693.174	1.261.287	1.263.485
Passivos e patrimônio líquido				
Passivos				
Depósitos de clientes				
Instrumentos financeiros derivativos	12	377.312	91.436	91.436
Instrumentos de dívida emitidos	19	100.000	-	-
Outros passivos	20	39.183	25.833	25.833
Passivos fiscais correntes		4.374	22.736	22.736
Passivos fiscais diferidos	8	37.124	32.046	33.091
Provisões	22	6.130	6.691	6.691
Outras obrigações	21	40.071	29.288	29.288
Total de passivos		604.194	208.030	209.075
Patrimônio líquido				
Capital social	25	946.510	946.510	946.510
Reserva de lucros		106.284	55.731	57.298
Outras reservas		36.186	51.016	50.602
Total do patrimônio dos acionistas		1.088.980	1.053.257	1.054.410
Participação de não-controladores		-	-	-
Total do patrimônio líquido		1.088.980	1.053.257	1.054.410
Total de passivos e patrimônio líquido		1.693.174	1.261.287	1.263.485

As notas explicativas e as informações auditadas das seções "Risco" e "Capital" são parte integrante da demonstração financeira consolidada.

Demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018

Preparada de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – IFRS

(Em milhares de reais)

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de Dezembro

	Notas	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		78.861	90.511
Ajustes ao lucro líquido:			
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos		17.097	6.693
Depreciação e amortização do imobilizado de uso		2.166	1.923
Provisão para passivos contingentes		(561)	(37)
Provisão para perdas de crédito esperadas		(1.114)	-
Lucro líquido do exercício ajustado		96.449	99.090
Variação de ativos e passivos:			
(Aumento) Diminuição em instrumentos financeiros derivativos		67.023	82.304
(Aumento) em empréstimos e adiantamentos a bancos		923	(5.277)
(Aumento) Diminuição em investimentos financeiros / Ativos financeiros VJORA		(194.095)	(123.399)
(Aumento) em outros ativos		2.982	(3.142)
(Aumento) Diminuição em ativos fiscais correntes e diferidos		(19.711)	(3.940)
(Aumento) em despesas antecipadas e outros valores a receber		(24.166)	(90.356)
Aumento (Diminuição) em depósitos de clientes		-	(2.697)
Aumento (Diminuição) em instrumentos de dívida emitidos		100.000	
Aumento (Diminuição) em outros passivos		14.404	(4.301)
Aumento (Diminuição) em passivos fiscais correntes e diferidos		(14.329)	(21.572)
Aumento (Diminuição) em receita antecipada e outras obrigações		10.783	(1)
Caixa líquido proveniente/(utilizado) nas atividades operacionais		40.263	(73.291)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:			
Aquisição de imobilizado de uso	15	(4.588)	(883)
Intangível	14	(13.955)	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos		(18.543)	(883)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos:			
Juros sobre capital próprio	7	(28.300)	(110.766)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos		(28.300)	(110.766)
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		(6.580)	(184.940)
Saldo de caixa e equivalentes de caixa ¹			
Início do exercício	26	66.140	251.080
Fim do exercício	26	59.560	66.140
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		(6.580)	(184.940)

¹ Saldo de caixa e equivalentes de caixa ajustado para o período de 2017 visando um maior alinhamento conceitual ao IAS 7.

As notas explicativas e as informações auditadas das seções "Risco" e "Capital" são parte integrante da demonstração financeira consolidada.

Demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018

Preparada de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – IFRS

(Em milhares de reais)

Demonstração consolidada das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de Dezembro

	2018					
	Capital Social	Reserva de lucros	Reserva de ativos financeiros ao valor justo por meio de resultados abrangentes	Total de patrimônio líquido dos acionistas	Participação de não-controladores	Total do patrimônio líquido
Em 31 de Dezembro de 2017	946.510	57.298	50.602	1.054.410	-	1.054.410
Impacto da transição para o IFRS 9 ¹	-	(1.567)	414	(1.153)	-	(1.153)
Em 1º de janeiro	946.510	55.731	51.016	1.053.257	-	1.053.257
Lucro líquido do exercício	-	78.861	-	78.861	-	78.861
Outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	-	-	(14.830)	(14.830)	-	(14.830)
Investimento financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	-	(14.830)	(14.830)	-	(14.830)
Resultado abrangente do exercício	-	78.861	(14.830)	64.031	-	64.031
Outras movimentações	-	(8)	-	(8)	-	(8)
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	(28.300)	-	(28.300)	-	(28.300)
Em 31 de dezembro	946.510	106.284	36.186	1.088.980	-	1.088.980

¹ Efeito líquido de impostos diferidos.

As notas explicativas e as informações auditadas das seções "Risco" e "Capital" são parte integrante da demonstração financeira consolidada.

**Demonstrações financeiras consolidadas
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018**

Preparada de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – IFRS

(Em milhares de reais)

	2017					
	Capital Social	Reserva de lucros	Reserva de ajuste ao valor justo de instrumentos disponíveis para venda	Total de patrimônio líquido dos acionistas	Participação de não- controladores	Total do patrimônio líquido
Em 1º de janeiro	946.510	77.553	44.313	1.068.376	-	1.068.376
Lucro líquido do exercício	-	90.511	-	90.511	-	90.511
Outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	-	-	6.289	6.289	-	6.289
Investimento financeiro disponível para venda	-	-	6.289	6.289	-	6.289
Resultado abrangente do exercício	-	90.511	6.289	96.800	-	96.800
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	(110.766)	-	(110.766)	-	(110.766)
Em 31 de dezembro	946.510	57.298	50.602	1.054.410	-	1.054.410

As notas explicativas e as informações auditadas das seções "Risco" e "Capital" são parte integrante da demonstração financeira consolidada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018

Preparada de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – IFRS

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

O *HSBC Brasil* é um consolidado composto de duas entidades: o *HSBC Brasil Holding S.A.* (“Holding”) e o *HSBC Brasil S.A. - Banco de investimento* (“Banco de Investimento”).

O *HSBC Brasil Holding S.A.* é uma subsidiária direta da *HSBC Latin America Holdings (UK) Limited* e indireta da *HSBC Holding plc*, com sede no Reino Unido. A Holding tem como objeto social a participação, sob qualquer forma, em instituições financeiras. Sua controlada, *HSBC Brasil S.A. - Banco de investimento*, é autorizada a operar com a prática de operações bancárias, financeiras e de crédito, ativas, passivas e acessórias inerentes às atividades de Banco de Investimento, inclusive, mas não limitando a operações de câmbio, administração de carteira de valores mobiliários, distribuição de valores mobiliários e a prática de operações de compra e venda, por conta própria ou de terceiros, de metais preciosos e de capital, conforme devidamente autorizado pelo Banco Central do Brasil e/ou pela Comissão de Valores Mobiliários, conforme o caso, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor. O Banco de Investimento poderá participar de quaisquer outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia ou acionista, observadas as normas do Banco Central do Brasil.

2 Bases de preparação e políticas contábeis significativas

2.1 Bases de preparação

(a) Conformidade com o IFRS

Conforme plano de convergência contábil estabelecido pelo BACEN, por meio do Comunicado nº 14.259, de 10 de Março de 2006, da Resolução nº 3.786, de 24 de Setembro de 2009 e da Circular nº 3.472, de 23 de Outubro de 2009, as instituições financeiras constituídas sob a forma de companhia aberta ou que estejam obrigadas a constituir comitê de auditoria nos termos da regulamentação em vigor devem elaborar e divulgar anualmente demonstração financeira consolidada adotando o padrão contábil internacional, de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo IASB, traduzidos para a língua portuguesa por entidade brasileira credenciada pelo IASC Foundation.

As informações da demonstração financeira foram preparadas em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro - IFRS emitidas pelo IASB, assim como as interpretações emitidas pelo IFRIC.

(b) Normas adotadas durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018

O *HSBC Brasil* adotou os requerimentos do IFRS 9 “Instrumentos Financeiros” a partir de Janeiro 2018. O efeito da adoção não é significativo. A classificação e mensuração, e os requerimentos de *impairment* são aplicados retrospectivamente ao ajustar balanço de abertura na data de aplicação inicial. Conforme permitido pelo IFRS 9, o *HSBC* não reapresentou comparativos. A adoção reduziu o patrimônio líquido em 1º de Janeiro de 2018 em R\$ 1.153.

Adicionalmente, o *HSBC Brasil* adotou os requerimentos do IFRS 15 “Receita de contratos com clientes” e um número de interpretações e emendas às normas, os quais tiveram um efeito insignificante em suas demonstrações financeiras.

(c) Futuras mudanças nas normas contábeis

Alterações secundárias do IFRS

O IASB publicou pequenas emendas aos IFRSs que são efetivas a partir de 1º de Janeiro de 2019. O *HSBC Brasil* espera que elas terão um efeito insignificante, quando adotadas em suas demonstrações consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018

Preparada de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – IFRS

(Em milhares de reais)

Principais novos IFRS

O IASB publicou o IFRS 16 “Operações de Arrendamento Mercantil” e o IFRS 17 “Contratos de seguro”.

IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil

O IFRS 16 “Contratos de Arrendamento Mercantil” tem como data efetiva períodos anuais começando em ou após 1º de Janeiro de 2019. O IFRS 16 resulta em arrendatários contabilizando a maior parte dos arrendamentos dentro do escopo da norma de uma maneira similar com o qual contratos de arrendamento mercantil financeiros são atualmente contabilizados no escopo do IAS 17 “Arrendamento Mercantil”. Arrendatários reconhecerão um ativo de direito de uso e um passivo financeiro correspondente no Balanço Patrimonial. O ativo será amortizado ao longo do prazo do contrato, e o passivo financeiro será mensurado ao custo amortizado. A contabilização para arrendadores continuará substancialmente a mesma que no IAS 17. O HSBC Brasil espera adotar a norma usando a abordagem retrospectiva modificada onde o efeito cumulativo da adoção inicial é reconhecido como um ajuste no saldo inicial de lucros acumulados (reservas de lucros) e comparativos não são publicados. Espera-se que a implementação aumente os ativos e passivos financeiros em R\$ 23 milhões, sem efeito nos ativos líquidos ou lucros acumulados (reservas de lucros).

IFRS 17 “Contratos de Seguros”

O IFRS 17 “Contratos de Seguros” foi publicado em Maio de 2017 e estabelece os requerimentos que uma entidade deve aplicar na contabilização de contratos de seguros emitidos e contratos de resseguro que detém. O IFRS 17 é atualmente vigente a partir de 1º de Janeiro de 2021. Contudo, o IASB está considerando atrasar a data de implementação mandatória em um ano e pode fazer alterações adicionais no normativo. O HSBC Brasil não espera impactos da implementação do IFRS 17.

Emenda ao IAS 12 “Impostos sobre o Lucro”

Uma emenda ao IAS 12 foi publicada em Dezembro de 2017 como parte do ciclo anual de melhorias. A emenda esclarece que uma entidade deve reconhecer os impactos fiscais de dividendos no mesmo local onde as transações ou eventos que geraram os lucros distribuíveis são reconhecidas. Essa emenda é efetiva para períodos anuais começando em ou após 1º de Janeiro de 2019 e é aplicável às consequências fiscais de distribuições reconhecidas em ou após o início do primeiro período comparativo. O HSBC Brasil não espera impactos da implementação dessa emenda ao IAS 12.

(d) Moedas estrangeiras

Os itens incluídos na demonstração financeira consolidada do HSBC Brasil são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual o HSBC Brasil opera (moeda funcional). A demonstração financeira consolidada da instituição está apresentada em Reais.

Transações em moeda estrangeira são registradas pela taxa de câmbio correspondente a data da transação. Ativos e passivos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço, com exceção de ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo custo histórico e são convertidos pela taxa de câmbio da data inicial da transação.

Variações cambiais são registradas em outros resultados abrangentes ou no resultado do exercício dependendo de onde os ganhos e perdas do item subjacente é reconhecido.

(e) Apresentação das informações

Algumas divulgações requeridas pelo IFRS foram incluídas nas seções auditadas do Relatório da Administração sendo:

- Divulgações relativas à natureza e extensão de riscos, estão incluídas no Relatório da Administração na seção “Riscos”.
- Divulgações de capital, estão incluídas no Relatório da Administração na seção “Capital”.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018

Preparada de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – IFRS

(Em milhares de reais)

(f) Uso de estimativas e premissas

A preparação de uma demonstração financeira envolve o uso de estimativas e premissas sobre condições futuras. Tendo em vista as incertezas inerentes e do elevado nível de subjetividade que envolve o reconhecimento e mensuração dos itens destacados como estimativas críticas contábeis e premissas demonstrados na seção 2.2 (abaixo), é possível que os resultados do exercício seguinte possam ser diferentes daqueles em que se baseiam as estimativas da administração, resultando em conclusões materialmente diferentes daquela alcançada pela Administração na demonstração financeira. A seleção de gestão das políticas contábeis do *HSBC Brasil*, que contém estimativas críticas e julgamentos refletem a materialidade aos quais as políticas são aplicadas e o alto grau de julgamento e incerteza de estimativa envolvidos.

(g) Análise de segmentos

A mensuração dos ativos, passivos, receitas e despesas por segmento de negócio está de acordo com as políticas contábeis do Grupo *HSBC*. As receitas e despesas por segmento incluem transferências entre segmentos, e essas transferências são conduzidas ao longo do tempo. Serviços compartilhados e custos são incluídos em segmentos com base nos segmentos que efetivamente incorreram.

(h) Princípio da continuidade (“*Going concern*”)

A demonstração financeira é elaborada com o princípio da continuidade, uma vez que a Administração está convencida de que *HSBC Brasil* dispõe de recursos para continuar atuando em um horizonte de tempo previsível. Ao fazer essa avaliação, a Administração considera uma ampla gama de informações relativas a condições presentes e futuras, incluindo futuras projeções de rentabilidade, fluxos de caixa e recursos de capital.

2.2 Sumário das principais políticas contábeis

(a) Consolidação

Investimentos em subsidiárias

Quando uma entidade é governada por direitos de voto, o *HSBC Brasil* a consolida quando detém direta ou indiretamente, os direitos de voto necessários para aprovar a governança da entidade. Em todos os outros casos, a avaliação do controle é mais complexa e requer julgamento de outros fatores, incluindo a exposição aos retornos variáveis, o poder de direcionar as atividades relevantes e se o poder é realizado como agente ou principal.

Combinações de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. O valor da participação dos não controladores é mensurada pelo valor justo ou pela participação proporcional dos não controladores dos ativos líquidos identificáveis da adquirida. Esta escolha é feita para cada combinação de negócios.

O investimento do *HSBC Holding Brasil S.A.* em sua controlada *HSBC Brasil S.A. – Banco de Investimento* é mensurado ao custo menos perdas por redução ao valor recuperável.

(b) Receitas e despesas

Receitas e despesas de juros

As receitas e despesas de juros de instrumentos financeiros, exceto aqueles classificados como mantidos para negociação, são reconhecidas no resultado em “Receita de juros” e “Despesa de juros”, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

A taxa efetiva de juros é aquela que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados ao longo do prazo esperado do instrumento financeiro ou, quando apropriado, por um período mais curto, em relação ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018

Preparada de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – IFRS

(Em milhares de reais)

A receita de juros de um ativo financeiro que tenha seu valor reduzido como resultado de uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida utilizando-se a mesma taxa de juros aplicável ao cálculo da mensuração dessa perda.

Outras receitas operacionais, exceto a receita de juros

Receita de tarifas e comissões é originada a partir dos serviços prestados pelo *HSBC*. As receitas de tarifas são contabilizadas conforme segue:

- tarifas recebidas na execução de um ato significativo são reconhecidas quando o ato significativo tiver sido concluído;
- tarifas recebidas pela prestação de serviços são reconhecidas quando os serviços são prestados; e
- tarifas que são parte integrante da taxa efetiva de juros de um instrumento financeiro são reconhecidas como um ajuste da taxa efetiva de juros ao longo da vigência da operação em "Receitas de juros".

Lucro líquido de negociação compreende os ganhos e perdas relacionados às variações no valor justo de ativos e passivos financeiros mantidos para negociação, juntamente com as receitas e despesas de juros e dividendos relacionados.

Receita de dividendos é reconhecida quando o direito de o acionista receber o respectivo valor é estabelecido.

(c) Precificação dos instrumentos financeiros

Todos os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo. O valor justo é o preço que seria recebido para vender um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação entre participantes de mercado na data de mensuração. O valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é geralmente o preço da transação (ou seja, o valor justo da consideração dada ou recebida). No entanto, se houver diferença entre o preço da transação e o valor justo dos instrumentos financeiros cujo valor justo se baseie em um preço cotado em um mercado ativo ou técnica de avaliação que use apenas dados de mercados observáveis, o *HSBC Brasil* reconhece a diferença como ganho ou perda de negociação no início da operação ("*day 1 gain or loss*"). Em todos os outros casos, o "*day 1 gain or loss*" é diferido e reconhecido no resultado ao longo da vida da transação (até o seu vencimento ou liquidação), ou quando a avaliação dos *inputs* se tornam observáveis ou o *HSBC Brasil* entra em uma transação de compensação ("*offsetting*"). O valor justo dos instrumentos financeiros é geralmente mensurado individualmente. No entanto, nos casos em que o *HSBC Brasil* administra um grupo de ativos e passivos financeiros de acordo com sua exposição líquida de mercado ou risco de crédito, o valor justo do grupo de instrumentos financeiros é mensurado em uma base líquida, mas os ativos e passivos financeiros subjacentes são apresentados separadamente na demonstração financeira, a menos que satisfaçam os critérios de compensação ("*offsetting*") do IAS 32.

(d) Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado

Instrumentos financeiros onde o objetivo é coletar fluxos de caixa contratuais e que possuem termos contratuais que dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que são unicamente pagamentos de principal e juros são mensurados ao custo amortizado. Tais ativos financeiros incluem empréstimos e adiantamentos a bancos e outros ativos financeiros. Adicionalmente, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado. O *HSBC Brasil* contabiliza seus instrumentos financeiros ao custo amortizado com base na data da negociação. O valor contábil desses ativos financeiros no reconhecimento inicial inclui custos de transação diretamente atribuíveis. Se o valor justo inicial é menor que o recurso adiantado, a diferença é diferida e reconhecida ao longo da vida do instrumento financeiro através do reconhecimento de receita de juros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018

Preparada de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – IFRS

(Em milhares de reais)

Operações compromissadas com compromisso de revenda não classificadas para negociação

Quando títulos de dívida vendidos são sujeitos a acordos de recompra a preços pré-determinados ('compromisso de recompra'), são mantidos no balanço e um passivo é registrado a respeito da consideração recebida. Títulos de dívida que lastreiam compromissos de revenda ('Compromisso de revenda') não são reconhecidos no balanço e um ativo é registrado a respeito da consideração inicial paga. Operações compromissadas não classificadas para negociação são mensuradas ao custo amortizado. A diferença entre a venda e o preço de recompra ou entre o preço de compra e de revenda é tratada como juros e reconhecida em receita líquida de juros ao longo da vida do acordo.

(e) Instrumentos financeiros mensurados a valor justo

Ativos financeiros mensurados a valor justo através do resultado abrangente

Ativos financeiros onde o objetivo do modelo de negócio é satisfeito através tanto da coleta de fluxos de caixa contratuais quanto da venda dos ativos e que contém termos contratuais que dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que são unicamente pagamentos de principal e juros são mensurados a valor justo por meio do resultado abrangente ('VJORA'). Esses instrumentos são compostos basicamente de títulos de dívida. Eles são reconhecidos na data de negociação quando o *HSBC Brasil* celebra acordos contratuais de compra e são usualmente baixados (desreconhecidos) quando vendidos ou resgatados. Eles são substancialmente remensurados a valor justo e mudanças (exceto aquelas decorrentes de perdas de crédito ('*impairment*'), receita de juros e ganhos e perdas com variação cambial) são reconhecidas em outros resultados abrangentes até que os ativos sejam vendidos. Na venda, os ganhos e perdas acumulados em outros resultados abrangentes são reconhecidos no resultado do exercício como "Ganhos e perdas de instrumentos financeiros". Ativos financeiros mensurados ao VJORA são incluídos nos cálculos de perdas de crédito, sendo as perdas de crédito reconhecida no resultado do exercício.

Impairment de ativos financeiros ao custo amortizado e VJORA

Perdas de crédito esperadas são reconhecidas para empréstimos e adiantamentos a bancos e clientes, operações compromissadas com compromisso de revenda não classificadas para negociação, outros ativos financeiros mantidos ao custo amortizado, instrumentos de dívida mensurados ao VJORA e contratos de garantias financeiras. No reconhecimento inicial, uma provisão é reconhecida para perdas de crédito esperadas resultantes de possíveis eventos de inadimplência para os próximos 12 meses, ou menos, quando a vida remanescente é menor do que 12 meses. No evento de um aumento significativo no risco de crédito, uma provisão para perdas esperadas é reconhecida como resultado de todos os eventos possíveis de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. Ativos financeiros onde a perda de crédito esperada para 12 meses é reconhecida são considerados como "Estágio 1"; ativos financeiros nos quais exista evidência objetiva de inadimplência são considerados inadimplentes.

Ativos financeiros adquiridos ou originados com perdas de crédito são tratados separadamente, conforme a seguir:

O *HSBC* determina que um instrumento financeiro é inadimplente e alocado no estágio 3 ao considerar evidências objetivas relevantes, principalmente se:

- pagamentos contratuais de principal ou juros estão vencidos há mais de 90 dias;
- existem outros indicadores de que o pagamento do cliente seja incerto, tal como quando uma concessão tenha sido fornecida ao cliente por razões econômicas ou legais em relação à condição financeira do cliente; e
- o empréstimo de outra forma seria considerado inadimplente.

Se a incerteza de pagamento não é identificada em um estágio inicial, considera-se então que ocorra quando uma exposição está em atraso há 90 dias, mesmo que as regras regulatórias permitam que a inadimplência seja definida com base em 180 dias em atraso.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018

Preparada de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – IFRS

(Em milhares de reais)

A receita de juros é reconhecida ao aplicar a taxa de juros efetiva ao saldo do custo amortizado, ou seja, valor contábil bruto menos provisão para perdas esperadas.

Baixa

Ativos financeiros (e provisões relacionadas) são normalmente baixados parcial ou integralmente quando não existe prospecto realista de recuperação. Quando empréstimos possuem garantias, isso geralmente ocorre após o recebimento dos recursos provenientes da realização da garantia. Em circunstâncias onde o valor realizável líquido de qualquer garantia tenha sido determinado e não existe expectativa razoável de recuperação, a baixa pode ocorrer antes.

Aumento significativo no risco de crédito (estágio 2)

Uma avaliação de que o risco de crédito tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial é realizada em cada período de reporte ao considerar a mudança no risco de inadimplência ocorrendo sobre a vida remanescente do instrumento financeiro. A avaliação explicitamente ou implicitamente compara o risco de inadimplência ocorrendo na data de reporte comparado com o risco no reconhecimento inicial, levando em consideração informações razoáveis e suportáveis. A não ser que tenha sido identificado em um estágio inicial, considera-se que todos ativos financeiros tenham sofrido um aumento significativo no risco de crédito quando estiverem com 30 dias de atraso.

Para portfólios de atacado, a comparação quantitativa avalia o risco de default usando uma probabilidade de default permanente ('*PD*') que engloba um vasto número de informações incluindo o rating interno do risco de clientes (*CRR*) para o devedor, projeções de condições macroeconômicas e probabilidades de transição do crédito. Para originações em *CRRs* até 3.3, o aumento significativo no risco de crédito é mensurado através da comparação da *PD* média para o prazo remanescente estimada na originação com estimativa equivalente para a data de reporte. A medida quantitativa de significância varia dependendo da qualidade de crédito na originação conforme a seguir:

<i>CRR</i> na originação	Gatilho de significância – <i>PD</i> aumentar por
0.1-1.2	15 pontos-base
2.1-3.3	30 pontos-base

Para *CRRs* maiores que 3.3 que não são inadimplentes, considera-se que um aumento significativo no risco de crédito ocorre quando a *PD* na originação é dobrada. A significância das mudanças na *PD* foi informada pelo julgamento de especialistas em risco de crédito referenciados em migrações de crédito históricas e a mudanças relativas em taxas de mercado externas.

Para os empréstimos originados antes da implementação do IFRS 9, a *PD* de originação não inclui ajustes para refletir as expectativas sobre condições macroeconômicas futuras uma vez que não estão disponíveis sem o seu conhecimento de antemão. Na ausência desses dados, as *PD* de originação devem ser aproximadas usando *PDs* através-do-ciclo ('*through-the-cycle – TTC*') e probabilidades de migração *TTC*, consistentes com a abordagem de modelo dos instrumentos e seu *CRR* na originação. Para esses empréstimos, a comparação é complementada com limites adicionais baseados em deterioração de *CRR*, conforme demonstrado na tabela abaixo:

<i>CRR</i> na originação	Crítérios adicionais de significância – número de graus de deterioração no <i>CRR</i> necessários para identificar uma deterioração significativa de crédito (estágio 2) (maior ou igual a)
0.1	5 níveis
1.1-4.2	4 níveis
4.3-5.1	3 níveis
5.2-7.1	2 níveis
7.2-8.2	1 nível
8.3	0 nível

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018

Preparada de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – IFRS

(Em milhares de reais)

Para certas carteiras de instrumentos de dívida onde *ratings* externos de mercado estão disponíveis e ratings de crédito não são utilizados para gerenciamento do risco de crédito, os títulos de dívida estarão no estágio 2 se o seu risco de crédito aumentar até o ponto em que deixam de ser considerados grau de investimento. O grau de investimento é quando o instrumento financeiro possui um pequeno risco de incorrer em perdas, a estrutura possui uma grande capacidade para cumprir com os obrigações de fluxos de caixa em um curto prazo de tempo, e as mudanças adversas em condições econômicas e de negócios no longo prazo podem, mas não necessariamente, reduzir a habilidade do devedor de cumprir com suas obrigações contratuais de fluxos de caixa.

Ativos adimplentes e sem aumento significativo no risco de crédito – (estágio 1)

As perdas de crédito esperadas resultantes de eventos de inadimplência possíveis de ocorrência nos próximos 12 meses são reconhecidas para instrumentos financeiros que permanecem no estágio 1.

Ativos inadimplentes adquiridos ou originados

Ativos financeiros que são adquiridos ou originados com um desconto relevante o qual reflete perdas de crédito incorridas são considerados na categoria de ativos inadimplentes adquiridos ou originados (*Purchased-or-Originated Credit Impaired – POCI*). Essa população inclui o reconhecimento de um novo instrumento financeiro decorrente de uma renegociação onde concessões foram negociadas por razões econômicas ou contratuais relacionadas às dificuldades financeiras de um devedor. O montante de alterações nas perdas de crédito esperadas permanentes são reconhecidas no resultado do exercício até que a *POCI* é baixada, mesmo se a perda permanente for menor que o montante de perda esperada incluída nos fluxos de caixa estimados no reconhecimento inicial.

Movimentações entre estágios

Os ativos financeiros podem ser transferidos entre categorias diferentes (com exceção da *POCI*) dependendo do seu aumento relativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Instrumentos financeiros são transferidos do estágio 2 se o seu risco de crédito não é mais considerado que tenha ocorrido um aumento significativo desde o seu reconhecimento inicial.

Exceto para empréstimos renegociados, os instrumentos financeiros são transferidos do estágio 3 quando eles deixam de exibir qualquer evidência de inadimplência conforme descrito acima. Os empréstimos renegociados que não são *POCI* continuarão no estágio 3 até que exista evidência suficiente para demonstrar uma redução significativa no risco de não-pagamento de fluxos de caixa futuros, observado sobre um período mínimo de 1 ano e desde que não existam outros indicadores de inadimplência.

Mensuração das perdas esperadas

A avaliação de risco de crédito e a estimativa das perdas esperadas são isentas de viés e ponderadas por suas probabilidades, e incorporam toda informação disponível para a avaliação incluindo informação sobre eventos passados, condições correntes e projeções razoáveis e suportáveis de eventos futuros e condições econômicas na data de reporte. Adicionalmente, a estimativa da perda esperada deve levar em conta o valor do dinheiro no tempo. Essas estimativas de perdas esperadas são calculadas centralizadamente pelo Grupo *HSBC*.

Em geral, o Grupo *HSBC* calcula a perda esperada utilizando três componentes principais: a probabilidade de inadimplência (*PD – probability of default*), uma perda dada a inadimplência (*LGD - loss-given default*) e a exposição na inadimplência (*EAD – exposure at default*).

A perda de crédito esperada para 12 meses é calculada pela multiplicação da *PD* de 12 meses com a *LGD* e a *EAD*. Já a perda de crédito esperada permanente é calculada através da *PD* permanente (*PD lifetime*). A perda de crédito esperada para 12 meses e a permanente representam a probabilidade de inadimplência ocorrendo nos próximos 12 meses e o prazo remanescente do instrumento, respectivamente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018

Preparada de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – IFRS

(Em milhares de reais)

A *EAD* representa o saldo esperado na inadimplência, levando em consideração o pagamento do principal e juros da data do balanço até o evento de inadimplência junto com tomadas adicionais de linha comprometidas. A *LGD* representa perdas esperadas na *EAD* dado o evento de inadimplência, levando em consideração, dentre outros atributos, o efeito mitigador do valor das garantias no período em que esperam ser realizadas e o valor do dinheiro no tempo.

O *HSBC* aproveita a estrutura the IRB de Basileia II sempre que possível, com recalibração para atender os diferentes requerimentos do *IFRS 9* conforme descrito na próxima tabela.

Modelo	Capital regulatório	IFRS 9
<i>PD</i>	<ul style="list-style-type: none"> Através do ciclo (representa a <i>PD</i> média de longo prazo de um ciclo econômico completo). A definição de inadimplência inclui o conceito de 90 ou mais dias de atraso, embora isso tenha sido modificado para 180 dias ou mais em atraso em algumas carteiras. 	<ul style="list-style-type: none"> Ponto no tempo (baseado em condições atuais, ajustadas para considerar estimativas de condições futuras que irão impactar a <i>PD</i>) O conceito de 90 dias em atraso é aplicado para todas as carteiras.
<i>EAD</i>	<ul style="list-style-type: none"> Não pode ser menor que o saldo atual 	<ul style="list-style-type: none"> Amortização capturada para produtos a prazo
<i>LGD</i>	<ul style="list-style-type: none"> <i>LGD</i> recessão (perdas consistentes esperadas durante uma recessão econômica severa, mas plausível) Valores regulatórios mínimos podem ser aplicados para mitigar o risco de subestimar a <i>LGD</i> recessiva devido à ausência de dados históricos Descontada utilizando o custo de capital Todos custos de cobrança incluídos 	<ul style="list-style-type: none"> A <i>LGD</i> esperada (baseada em estimativas de perdas na inadimplência incluindo o impacto esperado de condições econômicas futuras como mudanças no valor da garantia) Não utiliza valores mínimos Descontada utilizando a taxa efetiva de juros original do empréstimo Somente custos associados com a obtenção/venda da garantia são incluídos
Outros		<ul style="list-style-type: none"> Descontados do ponto de inadimplência para a data do balanço.

Enquanto as perdas esperadas para 12 meses são recalibradas de modelos de Basileia II, quando possível, as perdas de crédito esperadas permanentes são determinadas através da projeção da perda esperada para 12 meses utilizando uma estrutura a termo. Para a metodologia de atacado, a perda de crédito esperada permanente também leva em consideração a migração de crédito, ou seja, um cliente migrando através das bandas de *CRR* durante a vida das operações.

A perda esperada para o estágio 3 das operações de atacado é determinada individualmente utilizando uma metodologia de fluxo de caixa descontado ('DCF'). Os fluxos de caixa futuros esperados são baseados nas estimativas da área de Riscos na data de reporte, refletindo premissas razoáveis e suportáveis e projeções de recuperações futuras. As garantias são consideradas no cálculo se for provável que a recuperação do crédito em aberto incluirá a realização de garantias, sendo considerado o valor justo da garantia no seu período estimado de realização, menos custos de obtenção e venda da garantia. Os fluxos de caixa são descontados com base em uma aproximação razoável da taxa de juros efetiva original. Para casos relevantes, os fluxos de caixa de quatro diferentes cenários são ponderados por suas probabilidades com referência a três cenários econômicos determinados pelo Grupo *HSBC*, assim como é levado em consideração o julgamento da área de Risco em relação à probabilidade de sucesso da estratégia de recuperação. Para casos menos relevantes, o efeito de diferentes cenários

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018

Preparada de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – IFRS

(Em milhares de reais)

econômicos e estratégias de recuperação são aproximados e aplicados como um ajuste no cenário mais provável.

Período sobre o qual a perda de crédito esperada é mensurada

A perda de crédito esperada é mensurada a partir do reconhecimento inicial do ativo financeiro. O período máximo considerado na mensuração da perda de crédito esperada (tanto para a de 12 meses quanto para a permanente) é o período contratual máximo sobre o qual o *HSBC* está exposto ao risco de crédito.

Inputs econômicos prospectivos

O Grupo *HSBC* em geral aplica 3 cenários econômicos globais baseados em projeções externas representativas da nossa visão sobre condições econômicas projetadas, ou seja, a abordagem do cenário econômico consensual. Essa abordagem é considerada suficiente para calcular perdas esperadas sem viés na maioria dos ambientes econômicos. Eles representam o cenário mais provável, (o Cenário Central) e dois, menos prováveis, cenários referenciados como cenários de Alta e Baixa. O Cenário Central é a base para o orçamento anual e, com modificações regulatórias, também é utilizado em testes de *stress* para todo o conglomerado. Os cenários de Alta e Baixa são construídos através de um processo padrão suportado por um cenário narrativo que reflete os riscos maiores e emergentes do Grupo, se valendo de *experts* internos e externos no assunto. O relacionamento entre os cenários de Alta e Baixa com o cenário Central geralmente ocorre com o cenário Central recebendo um peso de 80% e os cenários de Alta e de Baixa recebendo 10% cada. Os cenários de Alta e Baixa são economicamente plausíveis, internamente consistentes com o estado do mundo e não necessariamente são tão severos como os cenários utilizados nos testes de *stress*. O período das projeções é de cinco anos para o cenário Central. Os cenários de Alta e de Baixa usam projeções de distribuição para os dois primeiros anos, após o qual eles convergem para as projeções centrais. O *spread* entre o cenário Central e os demais é fundado no consenso de distribuições de projeções do Produto Nacional Bruto das seguintes economias: Reino Unido, França, Hong Kong, China, Estados Unidos e Canada. Os fatores econômicos incluem, mas não são limitados, ao Produto Nacional Bruto, taxas de desemprego, taxas de juros, inflação e preços de propriedades comerciais de todos os países e territórios em que o Grupo *HSBC* opera.

Em geral, as consequências da avaliação do risco de crédito e os *outputs* resultantes das perdas de crédito esperadas são ponderados por suas probabilidades utilizando pesos padrões de probabilidade. Esse processo pode ser aplicado diretamente ou seu efeito determinado periodicamente, ao menos anualmente, e então aplicado como um ajuste aos resultados decorrentes da projeção econômica central. A projeção econômica central é atualizada trimestralmente.

O Grupo *HSBC* reconhece que a abordagem do cenário econômico consensual utilizando três cenários será insuficiente em certos ambientes econômicos. Análises adicionais podem ser solicitadas conforme discricção da Administração, incluindo a produção de cenários extras. Se as condições permitirem, isso pode resultar em cenários alternativos sendo aplicados para chegar na perda de crédito esperada.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Na determinação da perda de crédito esperada, a Administração deve exercer julgamento na definição do que é considerado como um aumento significativo no risco de crédito e em criar premissas e estimativas para incorporar informações relevantes sobre eventos passados, condições correntes e projeções de condições econômicas. Os modelos de *PD*, *LGD* e a *EAD*, os quais suportam essas determinações, são revisados regularmente para diferenças entre estimativas de perdas e a experiência de perdas de fato ocorridas, mas dado que os requerimentos do *IFRS 9* foram recentemente aplicados, houve pouco tempo disponível para fazer essas comparações. Portanto, os modelos e suas calibrações, incluindo como reagem a condições econômicas *forward looking*, continuam sujeitos a revisão e refinamento. Isso é particularmente relevante para perdas de crédito esperadas de crédito permanentes, as quais não foram previamente utilizadas na modelagem regulatória, e pela incorporação de cenários de Alta, que geralmente não foram experimentados durante o teste de estresse.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018

Preparada de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – IFRS

(Em milhares de reais)

O exercício de julgamento na construção de estimativas requer o uso de premissas que são altamente subjetivas e bastante sensíveis aos fatores de risco, em particular a mudanças em condições econômicas e de crédito em um grande número de áreas geográficas. Muitos dos fatores possuem um alto grau de interdependência e não existe um único fator ao qual as perdas de crédito como um todo são sensíveis.

Derivativos

Derivativos são instrumentos financeiros que derivam o seu valor a partir do preço de itens subjacentes, tais como ações, títulos de dívida, taxas de juros, taxas de câmbio, mercadorias e índices. Os derivativos são reconhecidos inicialmente e são posteriormente mensurados ao valor justo, com mudanças no valor justo geralmente registrado no resultado. Os derivativos são classificados como ativo quando o valor justo é positivo, ou como passivo quando o valor justo é negativo, que inclui derivativos embutidos nos quais são bifurcados do contrato principal quando atendem a definição de derivativo separado e é requerido pelo IFRS a ser contabilizado separadamente do contrato principal.

Os ganhos e perdas decorrentes de alterações no valor justo de derivativos que não são elegíveis para *hedge accounting* são reportados em “Receita líquida de juros das atividades de negociação”.

(f) Remuneração e benefícios a empregados

Pagamentos para planos de contribuição definida são registrados como despesa no período de competência de acordo com a continuidade da prestação de serviços dos colaboradores.

Pagamento baseado em ações

O *HSBC Brasil* dispõe do pagamento baseado em ações liquidado em dinheiro como forma de remuneração de serviços prestados por empregados.

Para os pagamentos baseados em ações liquidados em dinheiro, os serviços adquiridos e passivos assumidos são medidos pelo valor justo do passivo, e reconhecidos como os empregados prestam serviço. Até a liquidação, o valor justo do passivo é reavaliado, com mudanças no valor justo reconhecidas no resultado.

O valor justo dos prêmios liquidados em dinheiro ao término de cada período é calculado com base no valor de mercado das ações da *HSBC Holdings*, convertido em reais.

Um cancelamento que ocorre durante o período de aquisição é tratado como uma aceleração da aquisição, sendo reconhecido imediatamente. O montante envolvido seria de outra forma reconhecido por serviços prestados durante o período de carência.

(g) Impostos

Impostos sobre o lucro compreendem o IR e a CSLL (corrente e diferido), os quais são reconhecidos no resultado. Os tributos relativos a períodos correntes e anteriores deverão, na medida em que não sejam pagos, ser reconhecidos como passivos. Se o valor pago com relação aos períodos atual e anterior exceder o valor devido para aqueles períodos, o excesso será reconhecido como um ativo.

O IR e a CSLL são geralmente aplicados sobre a mesma base de cálculo, exceto para as operações de arrendamento mercantil, a qual corresponde ao lucro antes dos impostos, ajustado de acordo com as normas expedidas pela autoridade fiscal brasileira. A alíquota de IR é de 25% para todas as entidades, e a alíquota de CSLL é de 15% para as entidades financeiras e 9% para as entidades não financeiras.

Os juros remuneratórios sobre o capital próprio são dedutíveis da base de cálculo limitados a 50% do maior entre os seguintes valores: (i) lucro líquido após a dedução da CSLL e antes da dedução da provisão para IR e dos juros remuneratórios ou (ii) o saldo de lucros acumulados e reservas de lucros de períodos de apuração anteriores.

O IR e a CSLL diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis, bem como sobre prejuízos fiscais e base de cálculo

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018

Preparada de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – IFRS

(Em milhares de reais)

negativa de CSLL não utilizada. Impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, na medida em que for provável que haverá lucro tributável para futuras compensações.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito legal de compensar os ativos fiscais circulantes contra os passivos fiscais circulantes e quando estiverem relacionados a impostos sobre a renda lançados pela mesma autoridade fiscal, e esta permitir a liquidação dos saldos em uma base líquida.

Impostos diferidos relativos à reavaliação ao valor justo de investimentos disponíveis para venda são reconhecidos no resultado abrangente e posteriormente transferidos para o resultado, quando os ganhos ou perdas de valor justo forem também reconhecidos.

Estimativas contábeis críticas e premissas

O IR e a CSLL diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias decorrentes entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis, bem como sobre prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL não utilizada.

O reconhecimento do ativo fiscal diferido depende do julgamento da Administração quanto à probabilidade e suficiência de lucros tributáveis futuros. O julgamento da Administração leva em consideração o impacto de evidências tanto positivas quanto negativas, incluindo o histórico de performance financeira, projeções de crescimento dos negócios, ajuste das diferenças temporárias, atualização e realização dos passivos contingentes, projeções de lucros tributáveis, planejamentos tributários em curso e outros.

A previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de CSLL para os anos subsequentes está suportada por estudo técnico aprovado pela Administração, o qual está em conformidade com o disposto nas Resoluções nº 3.059/02 e nº 3.355/06 do CMN. As projeções da Administração indicam atualmente que os prejuízos fiscais serão compensados e outras diferenças temporárias serão recuperadas nos próximos 5 a 8 anos.

(h) Provisões e passivos contingentes

Provisões são reconhecidas quando for provável que uma saída de benefícios econômicos seja requerida para liquidar uma obrigação legal ou presumida, que tenha surgido como resultado de acontecimentos passados, e para a qual uma estimativa confiável do montante da obrigação possa ser calculada.

Estimativas contábeis críticas e premissas

Julgamento é exercido para determinar se uma obrigação existe e para estimar a probabilidade, prazo e valor de qualquer fluxo de saída de recursos.

Advogados especializados realizam a avaliação dos litígios. Provisões para causas legais e questões regulatórias normalmente requerem um maior grau de julgamento do que outros tipos de provisões. Quando os processos estão em um estágio inicial, julgamentos para fins contábeis podem se tornar difíceis por conta do alto grau de incerteza associado na determinação da existência de uma obrigação presente como resultado de acontecimentos passados, na estimativa da probabilidade dos fluxos de saída de recursos e nas estimativas de valor dos fluxos de saídas de recursos que podem ocorrer. Com o progresso das ações através dos vários estágios legais, a Administração, juntamente com advogados especializados, avalia de forma contínua o reconhecimento das provisões e respectivos valores estimados, revisando julgamentos e estimativas prévias quando aplicável. Em estágios mais avançados, é normalmente possível fazer julgamentos e estimativas acerca de um grupo mais definido de resultados possíveis, contudo tais julgamentos podem ser muito difíceis e o valor de cada provisão pode ser muito sensível às premissas sendo usadas. Pode existir uma grande quantidade de resultados possíveis para qualquer ação em curso. Como resultado, é normalmente não praticável quantificar um grupo de possíveis resultados para ações individuais. Também não é praticável quantificar uma gama de resultados possíveis

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018

Preparada de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – IFRS

(Em milhares de reais)

de forma agregada para esses tipos de provisões por causa da natureza e circunstâncias diversas das ações e a grande quantidade de incertezas envolvidas.

O *HSBC Brasil* é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões fiscais.

Passivos contingentes

Passivos contingentes não são reconhecidos, porém são divulgados a menos que a probabilidade do fluxo de saída de recursos seja remota.

(i) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis incluem *softwares*. Os ativos intangíveis estão sujeitos ao teste de redução ao valor recuperável, sempre que mudanças nas circunstâncias ou eventos possam indicar que o valor contábil não pode ser recuperado.

Ativos intangíveis que possuem vida útil definida são apresentados pelo custo menos amortizações e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, e são amortizados durante a vida útil estimada. Vida útil estimada é a menor entre o prazo legalmente estabelecido e a expectativa de vida útil. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados geralmente de forma linear, conforme prazos abaixo:

- *softwares*: cinco anos.

Estimativas contábeis críticas e premissas

O teste de redução ao valor recuperável de intangíveis é realizado para um contrato de exclusividade com *software*, que é testado ao nível de unidade geradora de caixa ("UGC"). Isso decorre do fato de que *software* não gera entradas de fluxo de caixa que são em sua maioria independentes de outros ativos e, portanto, é agrupado para fins do teste em *global businesses*, os quais são considerados pelo *HSBC Brasil* como as unidades geradoras de caixa.

A avaliação de recuperabilidade dos intangíveis reflete a melhor estimativa da Administração com relação aos fluxos de caixa futuros do ativo individual (ou UGCs) e as taxas utilizadas para descontar esses fluxos de caixa, sendo que ambos estão sujeitos a fatores de incerteza, tais como:

- os fluxos de caixa futuros de ativos individuais (ou UGCs) são sensíveis aos fluxos de caixa projetados para os períodos nos quais projeções detalhadas estão disponíveis e também às premissas com relação ao padrão de longo prazo de fluxos de caixa posteriores que são considerados sustentáveis. Projeções são comparadas ao desempenho real e a dados econômicos verificáveis, mas elas necessariamente refletem a visão da Administração sobre expectativas futuras de negócios na data de sua avaliação; e
- as taxas utilizadas para descontar fluxos de caixa futuros esperados são baseadas no custo de capital atribuído a cada UGC individual e as taxas podem ter um efeito significativo na sua valorização. O percentual do custo de capital geralmente é derivado de um modelo de *Capital Asset Pricing*, o qual incorpora *inputs* que refletem um número de variáveis econômicas e financeiras, incluindo a taxa de juros livre de risco e um prêmio de risco do negócio sendo avaliado. Essas variáveis estão sujeitas a flutuações em taxas externas de mercado e condições econômicas fora de nosso controle e são conseqüentemente sujeitas a incertezas e requerem o exercício de julgamento significativo.

Uma queda nos fluxos de caixa esperados de um ativo individual ou UGC e/ou um aumento na sua taxa de desconto reduz o valor recuperável estimado dos ativos individuais ou UGC. Se esse valor for menor que o valor contábil do ativo individual ou UGC, uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado do período.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018

Preparada de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – IFRS

(Em milhares de reais)

(j) Ativo imobilizado

Instalações, móveis e equipamentos de uso são contabilizados ao custo histórico menos perdas por redução ao valor recuperável e a depreciação calculada linearmente pelo prazo de vida útil, o qual pode variar entre 5 e 10 anos.

O ativo imobilizado é revisado para redução ao valor recuperável sempre que houver evento ou mudança nas circunstâncias que indicam que o valor contábil não possa ser recuperável.

3 Operações de compra com compromissos de revenda

	2018			2017
	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Aplicações no mercado				
Posição bancada	49.964	-	-	3.731
Total	49.964	-	-	3.731

4 Receita de tarifas e comissões

	2018	2017
Receita de tarifas e comissões		
HSBC Securities (USA) Inc.	22.264	13.199
HSBC USA	5.470	20.607
HSBC França	-	4.456
HSBC Londres	16.036	2.142
Comissões de garantias prestadas	353	2.534
Total	44.123	42.938

O saldo de R\$ 44.123 em 2018 (R\$ 42.938 em 2017) corresponde, principalmente, à prestação de serviços a empresas do Grupo *HSBC* localizadas em outros países, tais como atividades de suporte de crédito, assessoria financeira e serviços de originação, estruturação, execução e administração de produtos da carteira de atacado.

5 Remuneração e benefícios a empregados

Despesa do período com remuneração e benefícios a empregados

	2018	2017
Remuneração	(59.848)	(44.685)
Pagamento baseado em ações	(3.142)	(6.149)
Encargos sociais	(24.364)	(20.165)
Benefícios pós-emprego	(1.917)	(1.637)
Total	(89.271)	(72.636)

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018

Preparada de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – IFRS

(Em milhares de reais)

Benefício pós emprego

Despesas do período

	2018	2017
Planos de contribuição definida	(1.917)	(1.637)
Total	(1.917)	(1.637)

6 Pagamentos baseados em ações

Durante o ano de 2018 foi reconhecido o valor total de R\$ 3.533 (2017: R\$ 5.622) no *HSBC Brasil* em relação às transações de pagamentos baseados em ações. Desse valor R\$ 391 (2017: R\$ 527) refere-se à receita de variação cambial e foi reconhecido na linha “lucro líquido da negociação” e R\$ 3.142 (2017: R\$ 6.149) foi reconhecido como despesa operacional em “remuneração e benefícios a empregados”. Essa despesa, mensurada com base no valor justo das transações de pagamentos baseados em ações, decorre de acordos celebrados com certos colaboradores do *HSBC Brasil* em conformidade com a estrutura de remuneração da empresa. Os prêmios em ações são concedidos com base nas ações do *HSBC Holdings plc*.

Cálculo do valor justo

O valor justo dos prêmios ao término de cada período é calculado com base no valor de mercado das ações da *HSBC Holdings*, convertido em reais.

Prêmios em ações para situações restritas

Prêmios em ações para situações restritas são concedidos para empregados com base em desempenho, potencial e necessidade de retenção, em recrutamentos ou como parte diferida do bônus anual. Os prêmios são concedidos sem restrições quanto ao desempenho financeiro do *HSBC Brasil* e geralmente tornam-se de direito entre um e três anos contados da data da concessão do prêmio, considerando-se que os titulares estiveram empregados pelo *HSBC Brasil* no período.

	2018	2017
	Quantidades de ações	Quantidades de ações
Em 1º de Janeiro	270.213	333.815
Concedidas no período	126.472	167.197
Liberadas no período	(153.418)	(223.509)
Prescritas no período	-	(7.290)
Em 31 de Dezembro	243.267	270.213

A média ponderada do valor justo dos prêmios baseados em ações da *HSBC Holdings plc* em 2018 foi de R\$ 32,06 (2017: R\$ 24,93).

O passivo constituído referente à transações de pagamentos baseados em ações foi de R\$ 8.554 (R\$ 8.506 em 2017).

Prêmios em opções de ações

Não houve despesa com prêmios em opções de ações no *HSBC Brasil* em 2018 e 2017.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018

Preparada de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – IFRS

(Em milhares de reais)

7 Dividendos e juros sobre o capital próprio

Os acionistas têm direito a um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido, ajustado na forma da legislação. A Administração é investida de poderes para deliberar sobre a distribuição de dividendos intermediários.

Os juros sobre o capital próprio (“JCP”) são uma remuneração sobre o capital próprio, calculado a partir das contas do patrimônio líquido e limitado à variação pró-rata dia da TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), e distribuído aos seus acionistas, titulares ou sócios como dividendos. O pagamento do JCP está sujeito a retenção de imposto de renda na fonte, mas pode ser deduzido da base de cálculo do IRPJ e CSLL, desde que atendidos os critérios definidos na Lei nº 9.249/95 e atualizações posteriores.

Os dividendos e juros sobre o capital próprio foram conforme segue:

	Valor (bruto) por ação ordinária	Valor (bruto) total	Imposto de renda retido na fonte	Valor líquido
Juros sobre capital próprio	0,02	28.300	(4.245)	24.055
Total acumulado em 31 de Dezembro de 2018		28.300	(4.245)	24.055
Dividendos adicionais	0,05	71.984	-	71.984
Juros sobre capital próprio	0,03	38.782	(5.817)	32.965
Total acumulado em 31 de Dezembro de 2017		110.766	(5.817)	104.949

Não houve pagamento de dividendos adicionais aos valores de juros sobre capital próprio no ano de 2018 (2017: R\$ 71.984).

8 Impostos sobre o lucro

	2018	2017
Impostos correntes		
IR e CSLL - despesa corrente	(21.715)	(33.429)
Impostos diferidos		
Adições e reversões de diferenças temporárias	(17.097)	(6.693)
Impostos sobre o lucro	(38.812)	(40.122)

A tabela a seguir reconcilia a despesa que teria sido reconhecida caso o lucro tivesse sido tributado à alíquota incidente sobre as sociedades no Brasil:

Reconciliação da despesa com impostos

	2018		2017	
		%		%
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	117.673		130.633	
Despesas com impostos				
Tributação das empresas no Brasil à alíquota de 34% ¹	(734)	(0,62%)	(899)	(0,69%)
Tributação das empresas no Brasil à alíquota de 45% ¹	53.924	45,83%	59.975	45,91%
Juros sobre capital próprio	(13.052)	(11,09%)	(17.887)	(13,69%)
Adicional de 5% da CSLL sobre diferenças temporárias não reconhecido	(2.137)	(1,82%)	(970)	(0,74%)
Incentivos Fiscais e adicional de Imposto de Renda	(705)	(0,60%)	(290)	(0,22%)
Adições permanentes	609	0,52%	63	0,05%
Outros itens	907	0,77%	130	0,10%
Despesa com impostos sobre o lucro	38.812	32,98%	40.122	30,71%

¹ As alíquotas vigentes são de 25% para o Imposto de Renda, para a Contribuição Social a alíquota aplicável para as empresas financeiras, seguradoras e equiparadas é de 15% até agosto de 2015, e de 20% entre setembro de 2015 até dezembro de 2018, de acordo com a Lei nº 13.169/15, e para as demais empresas, alíquota de 9%.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018

Preparada de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – IFRS

(Em milhares de reais)

Movimentação dos impostos diferidos (após a compensação de saldos)

	2018	2017
Em 1º de janeiro		
Resultado:		
- gratificações e participações no resultado	3.430	331
- provisão para contingências fiscais	(942)	160
- ajuste ao valor justo de instrumentos financeiros derivativos	(16.524)	(8.732)
- outras provisões (honorários, consultorias e serviços diversos)	(3.061)	1.548
Resultado abrangente:		
- investimentos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes / disponíveis para venda	12.005	(5.149)
Em 31 de Dezembro	(5.092)	(11.842)

Composição dos impostos diferidos

	2018	2017
Ativos fiscais diferidos		
Provisão para contingências fiscais	1.212	2.154
Ajuste ao valor justo de instrumentos financeiros derivativos	28.100	14.771
Gratificações e participações no resultado	16.371	12.941
Outras	3.428	2.117
Provisão para honorário advocatícios	571	522
	49.682	32.505
Passivos fiscais diferidos		
Ajuste a valor justo de instrumentos de dívida por meio de outros resultados	(29.407)	(41.408)
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	(53.645)	(23.791)
Outras	(3.754)	(396)
	(86.806)	(65.595)
Passivos fiscais diferidos líquidos	(37.124)	(33.091)

9 Análise por segmentos

Políticas contábeis

Os segmentos operacionais foram determinados considerando-se as mesmas bases aplicáveis à tomada de decisão sobre alocação de recursos e avaliação de desempenho. Nesse sentido, o *HSBC Brasil* está organizado pelos seguintes segmentos: *Global Banking and Markets (GB&M)* e *Corporate Center*.

A base de mensuração dos ativos, passivos, receitas e despesas de cada segmento estão de acordo com as políticas contábeis aplicáveis ao *HSBC Brasil*. Estão incluídas nas receitas e despesas dos segmentos as transferências internas, as quais são conduzidas em bases usuais de mercado e eliminadas separadamente.

Global Banking and Markets (GB&M)

O *GB&M* oferece soluções financeiras sob medida para clientes governamentais, corporativos, institucionais e investidores privados em todo o mundo. As linhas de negócios focadas no cliente fornecem uma gama completa de produtos bancários, incluindo serviços de consultoria, financiamentos, crédito, câmbio, ações, mercados monetários, serviços de títulos e as principais atividades de investimento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018

Preparada de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – IFRS

(Em milhares de reais)

Corporate Center

O Corporate Center é composto das atividades ou transações da tesouraria, incluindo Balance Sheet Management (“BSM”).

Lucro antes dos impostos

	2018		
	<i>Global Banking & Markets</i>	<i>Corporate Center</i>	Total
Receita líquida de juros	126.871	9.004	135.875
Receita líquida de tarifas e comissões	41.885	(40)	41.845
Lucro líquido de negociação	57.647	280	57.927
Outras receitas operacionais	10.464	8.447	18.911
Receita Operacional	236.867	17.691	254.558
Perdas de crédito esperadas	(936)	2.050	1.114
Receita Operacional líquida	235.931	19.741	255.672
Despesas operacionais	(133.860)	(4.139)	(137.999)
Lucro operacional	102.071	15.602	117.673
Lucro antes dos impostos	102.071	15.602	117.673

	2017		
	<i>Global Banking & Markets</i>	<i>Corporate Center</i>	Total
Receita líquida de juros	141.033	6.388	147.421
Receita líquida de tarifas e comissões	41.780	-	41.780
Lucro líquido de negociação	43.096	132	43.228
Outras receitas operacionais	2.150	5.452	7.602
Receita Operacional líquida	228.059	11.972	240.031
Despesas operacionais	(104.762)	(4.636)	(109.398)
Lucro operacional	123.297	7.336	130.633
Lucro antes dos impostos	123.297	7.336	130.633

Informações de balanço

	31 de Dezembro de 2018		
	<i>Global Banking & Markets</i>	<i>Corporate Center</i>	Total
Empréstimos e adiantamentos a bancos	16.637	229	16.866
Total de ativos	1.195.009	498.165	1.693.174
Instrumentos de dívida emitidos	-	100.000	100.000
Total de passivos	165.284	438.910	604.194

	31 de Dezembro de 2017		
	<i>Global Banking & Markets</i>	<i>Corporate Center</i>	Total
Empréstimos e adiantamentos a bancos	8.264	12.409	20.673
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	50.000	50.000
Total de ativos	1.071.048	192.437	1.263.485
Total de passivos	29.926	179.149	209.075

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018

Preparada de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – IFRS

(Em milhares de reais)

10 Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao valor justo

A tabela a seguir apresenta os instrumentos financeiros contabilizados ao valor justo:

Base de avaliação de ativos e passivos mensurados ao valor justo

	Técnicas de avaliação		
	Preço cotado em mercado ativo	Com dados observáveis	Total
	Nível 1	Nível 2	
Em 31 de Dezembro de 2018			
Ativos			
Instrumentos financeiros derivativos	5.908	242.524	248.432
Instrumentos financeiros ao valor justo por meio dos resultados abrangentes	1.098.177	12.337	1.110.514
- Títulos públicos	1.098.177	-	1.098.177
- Títulos privados	-	12.337	12.337
Passivos			
Instrumentos financeiros derivativos	7.806	369.506	377.312
Em 31 de Dezembro de 2017			
Ativos			
Instrumentos financeiros derivativos	2.683	26.896	29.579
- Negociação	2.683	26.896	29.579
Instrumentos financeiros disponível para venda	918.050	12.867	930.917
- Títulos públicos	918.050	-	918.050
- Títulos privados	-	12.867	12.867
Passivos			
Instrumentos financeiros derivativos	4.222	87.214	91.436
- Negociação	4.222	87.214	91.436

Em 2018 e 2017 não houve transferências entre os níveis 1 e 2 de valor justo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018

Preparada de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – IFRS

(Em milhares de reais)

Estrutura de controle

O cálculo do valor justo está sujeito a uma estrutura de controle destinada a garantir que os valores sejam determinados ou validados por um departamento independente do tomador do risco.

Para todos os instrumentos financeiros cujos valores justos são determinados por referência a preços cotados em mercados ou modelos de valorização cujas entradas significativas são todas observáveis, o valor justo é determinado ou validado por uma área independente. Em mercados com baixa liquidez, a observação direta de um preço negociado pode não ser possível. Nessas circunstâncias, o *HSBC Brasil* utiliza fontes de mercado alternativas relevantes e confiáveis. Os fatores considerados nesses casos são, entre outros:

- a extensão em que se espera que os preços sejam representações genuínas dos preços negociados ou negociáveis;
- o grau de semelhança entre os instrumentos financeiros;
- o grau de coerência entre as diferentes fontes;
- o processo efetuado pelo provedor dos preços para obter os dados;
- o tempo decorrido entre a data dos dados de mercado e a data do balanço; e
- a maneira pela qual os dados foram obtidos.

Para os valores justos determinados por meio da utilização de modelos de avaliação, a estrutura de controles pode incluir, quando aplicável, desenvolvimentos ou validações por áreas de suporte independentes de (i) lógica dos modelos de avaliação; (ii) entrada de dados; (iii) ajustes necessários nos modelos de avaliação; e, (iv) se possível, modelos de saída. Os modelos de avaliação estão sujeitos ao processo de validação independente e de ajustes antes de se tornarem operacionais e também são atualizados em relação a dados externos de mercado em uma base contínua.

Os resultados do processo de avaliação independente são reportados ao Comitê de avaliação. Esse é composto por especialistas de diversas áreas independentes (mesa de *trading* e *accrual*, gestão de risco de mercado e finanças). Os membros do comitê analisam a pertinência e a adequação dos ajustes ao valor justo e a efetividade dos modelos de avaliação. Se necessário, exigem alterações nos modelos ou nos procedimentos de ajustes. O Comitê de avaliação local é supervisionado pelo Comitê de avaliação regional (América Latina) e pelo Comitê de avaliação global.

Determinação do valor justo

As principais premissas e estimativas que a gerência considerar quando se aplicam um modelo com técnicas de avaliação são:

- a probabilidade e tempo esperado de fluxos de caixa futuros do instrumento; julgamento pode ser necessário para avaliar a capacidade de a contraparte cumprir os termos contratuais. Fluxos de caixa futuros podem ser sensíveis a mudanças nas taxas de mercado;
- estabelecer uma taxa de desconto apropriada para o instrumento: julgamento é necessário para avaliar o que um participante do mercado consideraria como o *spread* adequado da taxa de um instrumento sobre a taxa livre de risco adequada;
- julgamento para determinar qual é o modelo a ser usado para calcular o valor justo em áreas onde a escolha do modelo de avaliação é particularmente subjetiva, por exemplo, ao avaliar produtos derivados complexos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018

Preparada de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – IFRS

(Em milhares de reais)

Quando aplicável o modelo com dados não observáveis, as estimativas são feitas para refletir incertezas nos valores justos, resultante da falta de entradas de dados de mercado, por exemplo, como resultado da falta de liquidez no mercado. Para esses instrumentos, a mensuração do valor justo é menos confiável.

Entradas para avaliações baseadas em dados não observáveis são inerentemente incertas porque há pouco ou nenhum dado atual de mercado disponível que determina o nível em que uma parte da transação que pudesse ocorrer em condições normais de negócios. No entanto, na maioria dos casos, há alguns dados de mercado disponíveis para basear a determinação do valor justo, por exemplo, dados históricos, e o valor justo para a maioria dos instrumentos financeiros é baseado em alguns dados observáveis de mercado, mesmo quando os dados não observáveis são significativos.

O valor dos ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo que utilizam técnicas de avaliação foi de R\$ 254.861 (2017: R\$ 39.763) e R\$ 369.506 (2017: R\$ 87.214), respectivamente ou 18,8% (2017: 4,1%) do total de ativos financeiros e 97,9% (2017: 95,4%) do total dos passivos financeiros mensurados ao valor justo.

O valor justo é determinado de acordo com a seguinte hierarquia:

- nível 1 – preço de mercado ativo: instrumentos financeiros com preços cotados para instrumentos idênticos em mercados com alta liquidez que o *HSBC Brasil* pode acessar na data da mensuração.
- nível 2 – técnica de avaliação com dados observáveis: instrumentos financeiros com preços cotados para instrumentos similares em mercados com alta liquidez ou preços cotados para instrumentos idênticos ou similares em mercados com baixa liquidez e instrumentos financeiros avaliados com a utilização de modelos em que todos os dados significativos são observáveis.
- nível 3 – técnica de avaliação com dados significativos não observáveis: instrumentos financeiros avaliados utilizando-se técnicas de avaliação nas quais um ou mais dados significativos não são observáveis.

A melhor evidência de valor justo é a cotação em mercado com alta liquidez. O valor justo dos instrumentos financeiros cotados em mercados com alta liquidez é baseado nos preços de venda para ativos e preços de compra para passivos. Quando um instrumento financeiro tem um preço cotado em um mercado com alta liquidez e faz parte de um portfólio, o valor justo do portfólio é calculado pelo produto do número de unidades e cotação, descontos em bloco não são aplicados. No caso de o mercado possuir baixa liquidez para um instrumento financeiro, uma técnica de avaliação deve ser utilizada. Todos os ajustes de valor justo são incluídos na determinação do nível de avaliação.

A decisão sobre se um mercado é líquido pode incluir, mas não está limitada a uma consideração de fatores como frequência de negociação, disponibilidade de preços, volume das compras e vendas. No mercado sem liquidez, a garantia de que o preço da transação fornece evidências de valor justo ou determina os ajustes para o preço da transação (evidências essas necessárias para mensurar o valor justo dos instrumentos) requer um trabalho adicional durante o processo de avaliação.

O *HSBC Brasil* não possui instrumentos classificados como nível 3 em 2018 e 2017.

Ajustes no valor justo

Ajustes ao valor justo são realizados quando o *HSBC Brasil* considera que existem fatores adicionais que seriam considerados por um participante de mercado e que não são incorporados no modelo de avaliação. A magnitude dos ajustes ao valor justo depende de vários fatores específicos e, portanto, esses ajustes podem não ser comparáveis com os demais bancos.

Movimentações no nível de ajustes no valor justo não necessariamente resultam no reconhecimento de ganhos ou perdas no resultado. Por exemplo, quando os modelos são aperfeiçoados, os ajustes ao valor justo podem não ser mais necessários. Da mesma forma, ajustes ao valor justo reduzirão assim que as posições forem vencendo, mas isso pode não resultar em ganhos ou perdas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018

Preparada de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – IFRS

(Em milhares de reais)

Ajustes do valor justo de *Global Banking and Markets*

	2018	2017
Tipo de ajuste		
Relacionado ao risco	12.901	2.125
<i>Credit valuation adjustment ('CVA')</i>	(6.363)	(1.015)
<i>Debit valuation adjustment ('DVA')</i>	9.368	990
<i>Funding fair value adjustment ('FFVA')</i>	9.896	2.150
Lucro na contratação (ganho ou perda no primeiro dia)		
	12.901	2.125

> *Credit and debit valuation adjustments*

O *CVA* é um ajuste na valorização dos contratos derivativos de balcão para refletir a possibilidade de que a contraparte não cumpra com suas obrigações e o *HSBC Brasil* possa não receber o valor total de mercado das transações.

O *DVA* é um ajuste na valorização dos contratos derivativos de balcão para refletir a possibilidade de que o *HSBC Brasil* não cumpra com suas obrigações e que não possa pagar o valor total de mercado das transações.

> *Funding fair value adjustment*

O *FFVA* é calculado através da aplicação de *spreads* de captações de mercado futuras às exposições futuras esperadas de captação de qualquer componente da carteira de derivativos de balcão.

11 Valor justo dos instrumentos financeiros não contabilizados ao valor justo

	Em 31 de Dezembro de 2018			Em 31 de Dezembro de 2017		
	Valor Contábil	Valor Justo		Valor Contábil	Valor Justo	
		Com dados observáveis nível 2	Total		Com dados observáveis nível 2	Total
Ativos						
Empréstimos e adiantamentos a bancos	16.866	16.866	16.866	20.673	20.673	20.673
Saldos com bancos	12	12	12	12.409	12.409	12.409
Valores a receber de entidades do Grupo <i>HSBC</i>	16.854	16.854	16.854	8.264	8.264	8.264
Outros ativos financeiros	9.975	9.975	9.975	15.638	15.638	15.638
Operações de compra com compromisso de revenda	49.964	49.964	49.964	3.731	3.731	3.731
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	-	50.000	50.046	50.046
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	-	-	50.000	50.046	50.046
Passivos						
Instrumentos de dívida emitidos	100.000	101.586	101.586	-	-	-

Avaliação

O cálculo do valor justo incorpora a estimativa do *HSBC Brasil* do montante pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes independentes, com conhecimento do negócio e interessadas em uma transação em que não há favorecidos. Não reflete os benefícios econômicos e os custos que o *HSBC Brasil* espera fluir dos fluxos de caixa dos instrumentos ao longo de suas vidas futuras esperadas. Outros bancos podem utilizar diferentes metodologias de avaliação e premissas para determinar o valor justo pelo qual não existem dados observáveis de mercado não disponíveis, portanto comparações entre os

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018

Preparada de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – IFRS

(Em milhares de reais)

valores justos de bancos podem não ser relevantes e usuários são encorajados a exercer cuidado ao utilizar esses dados.

Empréstimos e adiantamentos a bancos e clientes

O valor justo dos empréstimos e adiantamentos é baseado em técnicas de avaliação com dados observáveis, quando disponíveis. Na ausência desses dados, o valor justo é estimado utilizando-se modelos de fluxo de caixa descontado. As operações em curso normal são agrupadas, quando possível, em grupos homogêneos e segregadas por segmento de clientes, nível de risco e taxas de juros. De modo geral, o fluxo de caixa é descontado utilizando-se a taxa de juros estimada que os demais participantes de mercado utilizariam para valorizar instrumentos com características similares de vencimento, precificação e risco de crédito.

Instrumentos de dívida emitidos

Com a finalidade de estimar o valor justo, instrumentos de dívida emitidos são agrupados por prazos contratuais remanescentes. O valor justo é estimado por meio do cálculo do fluxo de caixa descontado, aplicando-se taxas correntes oferecidas em depósitos com prazos de vencimento similares.

12 Instrumentos financeiros derivativos

Valor justo dos derivativos por tipo de contrato

	Ativos	Passivos
	Negociação	Negociação
Em 31 de Dezembro de 2018		
Taxa de câmbio	248.322	367.972
Taxa de juros	110	9.340
Total saldo bruto	<u>248.432</u>	<u>377.312</u>
Em 31 de Dezembro de 2017		
Taxa de câmbio	27.247	89.126
Taxa de juros	2.332	2.310
Total saldo bruto	<u>29.579</u>	<u>91.436</u>

Utilização de derivativos

Os contratos de derivativos do *HSBC Brasil* têm três finalidades principais: a criação de soluções de gestão de riscos para clientes, gerenciar os riscos oriundos de operações com clientes, e gerenciamento e *hedge* de riscos próprios. Derivativos (exceto os designados como instrumentos de *hedge*, conforme definido no IFRS 9) são mantidos para negociação. Os derivativos mantidos para negociação incluem dois tipos: os que são utilizados em atividades de venda e os utilizados com o propósito de gestão de risco e que, por questões variadas, não satisfazem aos critérios de *hedge accounting*.

As operações com derivativos do *HSBC Brasil* dão origem a posições significativas em aberto, as quais são gerenciadas constantemente para garantir que permaneçam em níveis aceitáveis de risco. Quando celebra transações com derivativos, o *HSBC Brasil* emprega os mesmos procedimentos de risco de crédito aplicáveis a avaliação e aprovação a potenciais exposições a riscos de crédito de um empréstimo tradicional.

Derivativos mantidos para negociação

A maior parte das transações com derivativos do *HSBC Brasil* está relacionada a atividades de venda. Atividades de venda incluem estruturação e marketing para os clientes habilitados em operar em tais produtos. A negociação inclui atividades de *market-making*, posicionamento e arbitragem. Atividades de *market-making* implicam cotar preços de oferta e demanda para outros participantes do mercado com o propósito de geração de receitas baseadas no *spread* e volume.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018

Preparada de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – IFRS

(Em milhares de reais)

Conforme mencionado, derivativos classificados como mantidos para negociação incluem derivativos não qualificados para *hedge accounting*. Esses instrumentos incluem derivativos gerenciados em conjunto com instrumentos financeiros designados ao valor justo.

Valor de referência dos derivativos mantidos para negociação por tipo de contrato

Os valores de referência dos contratos em aberto na data do balanço eram conforme tabela a seguir. Tais valores não representam os valores em risco.

	2018	2017
Taxa de câmbio	12.032.143	6.308.752
Taxa de juros	1.880.093	2.502.929
Total saldo bruto	13.912.236	8.811.681

13 Investimentos financeiros

	2018	2017
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangente		
Títulos públicos		
- Letras financeiras do tesouro	199.512	-
- Letras do tesouro nacional	539.119	-
- Notas do tesouro nacional - F	359.546	-
Títulos privados		
- Certificado de depósito bancário	12.337	-
Títulos disponíveis para venda		
Títulos públicos		
- Letras financeiras do tesouro	-	2.215
- Letras do tesouro nacional	-	560.854
- Notas do tesouro nacional - F	-	354.981
Títulos privados		
- Certificado de depósito bancário	-	12.867
Total de investimentos financeiros	1.110.514	930.917

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018

Preparada de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – IFRS

(Em milhares de reais)

14 Ativos intangíveis

A movimentação dos ativos intangíveis ocorreu da seguinte forma:

	Softwares
Custo	
Em 1 de janeiro de 2018	411
Adições	13.955
Baixas	-
Em 31 de Dezembro de 2018	14.366
Amortização acumulada	
Em 1 de janeiro de 2018	(165)
Amortização do ano ¹	(82)
Baixas	-
Em 31 de Dezembro de 2018	(247)
Valor contábil líquido em 31 de Dezembro de 2018	14.119
Custo	
Em 1 de janeiro de 2017	411
Adições	-
Baixas	-
Em 31 de Dezembro de 2017	411
Amortização acumulada	
Em 1 de janeiro de 2017	(83)
Amortização do ano ¹	(82)
Baixas	-
Em 31 de Dezembro de 2017	(165)
Valor contábil líquido em 31 de Dezembro de 2017	246

¹ A amortização é reconhecida no resultado em "Amortização de ativos intangíveis".

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018

Preparada de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – IFRS

(Em milhares de reais)

15 Ativo imobilizado

A movimentação do ativo imobilizado ocorreu da seguinte forma:

	Instalações, móveis e equipamento de uso
Custo	
Em 1 de janeiro de 2018	13.574
Adições	4.588
Alienações	-
Outros	-
Em 31 de Dezembro de 2018	18.162
Amortização acumulada	
Em 1 de janeiro de 2018	(3.310)
Depreciação do ano	(2.084)
Alienações	-
Outros	-
Em 31 de Dezembro de 2018	(5.394)
Valor contábil líquido em 31 de Dezembro de 2018	12.768
Custo	
Em 1 de janeiro de 2017	12.691
Adições	883
Alienações	-
Outros	-
Em 31 de Dezembro de 2017	13.574
Amortização acumulada	
Em 1 de janeiro de 2017	(1.469)
Depreciação do ano	(1.841)
Alienações	-
Outros	-
Em 31 de Dezembro de 2017	(3.310)
Valor contábil líquido em 31 de Dezembro de 2017	10.264

16 Investimentos em subsidiárias

O *HSBC Holding Brasil S.A.*, empresa controladora do consolidado *HSBC Brasil*, classifica o investimento sobre o qual detém o controle como subsidiária. O consolidado do *HSBC Brasil* inclui uma única subsidiária, sendo esta o *HSBC Brasil S.A. – Banco de Investimento*.

A participação do *HSBC Holding Brasil S.A.* no capital do *HSBC Brasil S.A. – Banco de Investimento* é de 100%.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018

Preparada de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – IFRS

(Em milhares de reais)

17 Despesas antecipadas e outros valores a receber

	2018	2017
Juros apropriados a receber	219.532	196.873
Despesas antecipadas	195	141
Comissões a receber	145	-
Total	219.872	197.014

18 Outros ativos

	2018	2017
Depósitos judiciais	9.975	10.213
Outros ativos	2.280	5.425
Ativos mantidos para venda	276	-
Total	12.531	15.638

19 Instrumentos de dívida emitidos

	2018	2017
Letras Financeiras	100.000	-
Total	100.000	-

20 Outros passivos

	2018	2017
Impostos e contribuições a recolher	20.992	12.003
Pagamentos baseado em ações	8.554	8.506
Valores a pagar a sociedades ligadas	5.776	-
Outros	3.861	5.324
Total	39.183	25.833

21 Outras obrigações

	2018	2017
Obrigações trabalhistas	38.967	29.288
Juros a pagar de passivos financeiros	1.104	-
Total	40.071	29.288

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018

Preparada de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – IFRS

(Em milhares de reais)

22 Provisões

Composição das provisões

As provisões para contingências fiscais são constituídas a partir da avaliação individual dos riscos, apurados por consultores jurídicos internos e externos, sendo representadas principalmente por processos judiciais e administrativos envolvendo tributos federais, estaduais e municipais.

As provisões para contingências estão representadas por:

	2018	2017
Provisões para Contingências Fiscais	3.094	5.397
Provisões sobre Garantias Financeiras	1.054	-
Outras Provisões	1.982	1.294
Total	6.130	6.691

	Procedimentos legais	Provisões sobre Garantias Financeiras	Outras provisões	Total
Em 1º de Janeiro de 2018	5.397	-	1.294	6.691
Provisões adicionais/aumento de provisão	278	1.054	818	2.150
Valores revertidos	(2.581)	-	(130)	(2.711)
Em 31 de Dezembro de 2018	3.094	1.054	1.982	6.130
Em 1º de Janeiro de 2017	5.046	-	1.682	6.728
Provisões adicionais/aumento de provisão	404	-	78	482
Valores revertidos	(53)	-	(466)	(519)
Em 31 de Dezembro de 2017	5.397	-	1.294	6.691

Passivos contingentes

São considerados passivos contingentes as obrigações presentes decorrentes de eventos passados, mas não reconhecidas em função de não ser provável que um fluxo de saída seja exigido para liquidar tais obrigações, ou porque o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade. Passivos contingentes não são reconhecidos, porém são divulgados a menos que a probabilidade do fluxo de saída de recursos seja remota.

O *HSBC Brasil* mantém sistema e estrutura interna de acompanhamento de todos os processos administrativos e judiciais em que somos autores ou réus. Cada processo é suportado pela avaliação de sua assessoria jurídica, que considera o risco de perda envolvido e classifica o caso em risco provável, possível ou remoto. Considerados estes pressupostos, o principal caso classificado como risco possível é o processo relativo a Compensação dos créditos de PIS/COFINS no valor de R\$ 39.916 (R\$31.083 em 2017).

Além das ações descritas, o *HSBC Brasil* é parte de outras ações judiciais que decorrem do curso normal das suas operações. A Administração considera que nenhuma dessas ações é material ou deverá resultar em efeitos adversos significativos à sua posição financeira, seja individualmente ou no consolidado. A divulgação dos efeitos financeiros, época dos desembolsos e demais informações sobre essas ações não é conhecida neste momento. A Administração considera que as provisões registradas em relação aos litígios decorrentes de suas atividades funcionais estão adequadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018

Preparada de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – IFRS

(Em milhares de reais)

Obrigações legais

Quando *HSBC Brasil* contesta a interpretação de uma lei, as provisões são levantadas para avaliação do risco de uma provável perda. No entanto, quando questionada a constitucionalidade ou a validade das disposições da lei as provisões são reconhecidas, a menos que seja praticamente certo que a lei sofrerá alteração ou será julgada como sendo nula.

23 Análise de vencimento de ativos e passivos financeiros

A tabela a seguir fornece uma análise dos ativos consolidados totais e por vencimento residual contratual na data do balanço. Saldos de ativos e passivos são incluídos na análise de vencimento da seguinte forma:

- exceto para operações de compra com compromisso de revenda, empréstimos e adiantamentos a bancos e outros valores a receber, os ativos e passivos (incluindo derivativos) para negociação são incluídos na "Até um mês", e não por maturidade contratual porque os saldos comerciais são normalmente realizados em curtos períodos de tempo;
- ativos e passivos financeiros sem vencimento contratual estão incluídos em "Acima de cinco anos"; e
- ativos e passivos não financeiros sem vencimento contratual estão incluídos em "Acima de cinco anos".

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018

Preparada de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – IFRS

(Em milhares de reais)

Em 31 de Dezembro de 2018								
Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 9 meses	De 9 meses a 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Ativos financeiros								
Caixa e saldos livres com o Banco Central	71	-	-	-	-	-	-	71
Instrumentos financeiros derivativos	248.432	-	-	-	-	-	-	248.432
Empréstimos e adiantamentos a bancos	16.866	-	-	-	-	-	-	16.866
Operações de compra com compromisso de revenda	49.964	-	-	-	-	-	-	49.964
Investimentos financeiros	283.384	-	-	-	116.147	710.983	-	1.110.514
Outros ativos financeiros	151.438	-	-	-	1.770	26.204	22.118	229.507
Total de ativos financeiros	750.155	-	-	-	1.770	142.351	22.118	1.655.354
Ativos não financeiros	-	-	-	-	-	-	37.820	37.820
Total do ativo	750.155	-	-	-	1.770	142.351	59.938	1.693.174

Em 31 de Dezembro de 2018								
Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 9 meses	De 9 meses a 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Passivos financeiros								
Instrumentos financeiros derivativos	377.312	-	-	-	-	-	-	377.312
Instrumentos de dívida emitidos	-	-	-	-	100.000	-	-	100.000
Outras obrigações e outros passivos financeiros	-	27.077	472	3.825	6.659	2.038	-	40.071
Total de passivos financeiros	377.312	27.077	472	3.825	106.659	2.038	-	517.383
Passivos não financeiros	-	-	-	-	-	-	86.811	86.811
Total do passivo	377.312	27.077	472	3.825	106.659	2.038	86.811	604.194

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018

Preparada de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – IFRS

(Em milhares de reais)

	Em 31 de Dezembro de 2017								
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 9 meses	De 9 meses a 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Ativos financeiros									
Instrumentos financeiros derivativos	29.579	-	-	-	-	-	-	-	29.579
Empréstimos e adiantamentos a bancos	20.673	-	-	-	-	-	-	-	20.673
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	50.000	-	-	-	-	-	-	50.000
Operações de compra com compromisso de revenda	3.731	-	-	-	-	-	-	-	3.731
Investimentos financeiros	146.899	-	-	-	-	306.111	477.907	-	930.917
Outros ativos financeiros	-	-	-	-	692	-	-	9.985	10.677
Despesas antecipadas e outros valores a receber	70.153	-	-	-	-	96.805	18.583	11.332	196.873
Total de ativos financeiros	271.035	50.000	-	-	692	402.916	496.490	21.317	1.242.450
Ativos não financeiros	-	-	-	-	-	-	-	21.035	21.035
Total do ativo	271.035	50.000	-	-	692	402.916	496.490	42.352	1.263.485

	Em 31 de Dezembro de 2017								
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 9 meses	De 9 meses a 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Passivos financeiros									
Instrumentos financeiros derivativos	91.436	-	-	-	-	-	-	-	91.436
Outros passivos financeiros	111	-	-	-	-	-	-	-	111
Receita antecipada e outras obrigações	21	19.242	2.701	678	-	5.143	1.503	-	29.288
Total de passivos financeiros	91.568	19.242	2.701	678	-	5.143	1.503	-	120.835
Passivos não financeiros	-	-	-	-	-	-	-	88.240	88.240
Total do passivo	91.568	19.242	2.701	678	-	5.143	1.503	88.240	209.075

Notas explicativas à demonstração financeira consolidada para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

Preparada de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – IFRS

(Em milhares de reais)

24 Ativos oferecidos em garantia e garantias recebidas

Ativos oferecidos em garantia

	2018	2017
Títulos públicos	465.853	219.807
Depósitos judiciais	9.975	21.545
Total	475.828	241.352

As transações acima são realizadas em conformidade com os termos usuais de operações com garantias, incluindo contratos de empréstimos de títulos e operações compromissadas.

Garantias recebidas

O valor justo dos ativos recebidos em garantia que o *HSBC Brasil* está autorizado a vender ou repenhorar mesmo na ausência de inadimplência dos seus clientes era de R\$ 49.964 (2017: R\$ 3.731). Essas transações são realizadas em conformidade com os termos usuais de contratos de compra com compromisso de revenda.

25 Patrimônio Líquido

Ações são classificadas no patrimônio líquido quando não há obrigação contratual de transferir caixa ou outros ativos financeiros. Custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão dos instrumentos patrimoniais são apresentados no patrimônio como uma redução dos rendimentos, líquido dos impostos.

O capital social do *HSBC Holding Brasil S.A.*, controladora do consolidado *HSBC Brasil*, está representado por 1.467.866.900 ações ordinárias e nominativas (1.467.866.900 ações em 2017), sem valor nominal.

	Quantidade	R\$
2018		
Em 1º de janeiro	1.467.866.900	946.510
Aumento de capital	-	-
Redução de capital	-	-
Em 31 de Dezembro	1.467.866.900	946.510
2017		
Em 1º de janeiro	1.467.866.900	946.510
Aumento de capital	-	-
Redução de capital	-	-
Em 31 de Dezembro	1.467.866.900	946.510

Dividendos e juros sobre o capital próprio

De acordo com o estatuto social do *HSBC Brasil*, os acionistas têm direito a um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido, ajustado na forma da legislação. A Diretoria é investida de poderes para deliberar sobre a distribuição de dividendos intermediários.

De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, foram calculados juros sobre o capital próprio, com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), no montante de R\$ 28.300 (R\$38.782 em 2017). O impacto relativo ao imposto de renda retido na fonte é apresentado na Nota 07.

Notas explicativas à demonstração financeira consolidada para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

Preparada de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – IFRS

(Em milhares de reais)

Reservas

A reserva de lucros do consolidado *HSBC Brasil*, inclui a reserva legal no montante de R\$ 14.038 (2017: R\$ 5.579) e a reserva estatutária no montante de R\$ 92.246 (2017: R\$ 51.719).

Segue a descrição da natureza e objetivos dessas reservas:

Reserva legal: constituída por 5% do lucro do período, não podendo exceder a 20% do capital social. Destina-se a compensação de prejuízos e aumento de capital.

Reserva estatutária: visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações.

26 Informações adicionais à demonstração de fluxo de caixa

	2018	2017 ¹
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e reservas livres com o Banco Central	71	-
Operações de compra com compromissos de revenda	49.964	3.731
Empréstimos e adiantamentos a bancos	9.525	12.409
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	50.000
	59.560	66.140
Juros e dividendos		
Juros pagos	(83)	(1.100)
Juros recebidos	106.812	43.512

¹ Saldo de caixa e equivalentes de caixa ajustado para o período de 2017 visando um maior alinhamento conceitual ao IAS 7.

27 Transações com partes relacionadas

O *HSBC Brasil S.A. - Banco de Investimento* é uma parte relacionada do *HSBC Holding Brasil S.A.*, controlado diretamente pelo *HSBC Latin America Holdings (UK) Limited*, sendo controlado em última instância pelo *HSBC Holdings plc*, ambos com sede no Reino Unido.

As partes relacionadas do *HSBC Brasil* incluem basicamente outras empresas do Grupo *HSBC* e pessoas-chave da Administração.

Pessoas chave da Administração são definidas como aquelas que têm autoridade e responsabilidade de planejamento, direção e controle.

As transações com partes relacionadas foram substancialmente efetuadas nas mesmas condições, incluindo taxas de juros e prêmios de risco, que prevalecem em transações realizadas com terceiros.

Notas explicativas à demonstração financeira consolidada para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

Preparada de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – IFRS

(Em milhares de reais)

Transações com demais empresas do HSBC

As principais transações e saldos durante o ano com as demais empresas do HSBC estão demonstrados a seguir:

	2018		2017	
	Maiores saldos durante o ano	Saldo em 31 de Dezembro	Maiores saldos durante o ano	Saldo em 31 de Dezembro
Ativos				
Empréstimos e adiantamentos a bancos	148.465	16.854	17.217	11.397
Outros ativos	-	-	13.933	8.264
Total	148.465	16.854	31.150	19.661
Passivos				
Outros passivos	5.776	5.776	560	-
Total	5.776	5.776	560	-
Receitas				
Receita de prestação de serviços		43.457		41.792
Outras receitas operacionais		5.776		7.510
Total		49.233		49.302
Despesas				
Despesas gerais administrativas		17.708		-
Total		17.708		-

Remuneração de pessoas chaves da Administração

	2018	2017
Benefícios de curto prazo ¹	7.443	7.460
Benefícios pós-emprego	246	170
Pagamento baseado em ações	1.949	2.349
Total	9.638	9.979

¹Os benefícios de curto prazo são compostos pelas remunerações fixa e variável do exercício, provisionadas no ano base e pagas no ano corrente.

28 Outras informações

28.1 Garantias financeiras prestadas

	2018	2017
Ativos		
Garantias e outros passivos contingentes		
Garantias financeiras	174.339	-
Em 31 de Dezembro	174.339	-

28.2 Compromissos de arrendamento mercantil

Em 31 de Dezembro de 2018, pagamentos mínimos futuros não canceláveis de arrendamentos operacionais foram de R\$ 29.543 (2017: R\$ 18.373).

Notas explicativas à demonstração financeira consolidada para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

Preparada de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – IFRS

(Em milhares de reais)

28.3 Efeitos da reclassificação após a adoção do IFRS 9

Reconciliação do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e 1º de janeiro de 2018:

		Reclassificação de acordo com o IFRS 9								
	Classificação categoria IAS 39	Classificação categoria IFRS 9	Valor contábil em IAS 39 em 31/12/2017	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado abrangente	Custo amortizado	Valor contábil após reclassificação	Provisão para perda esperada de acordo com o IFRS 9	Valor contábil em IFRS 9 em 1º de janeiro de 2018	
Ativos										
Operações de compra com compromissos de revenda	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado	3.731	-	-	-	3.731	-	3.731	
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado	29.579	-	-	-	29.579	-	29.579	
Empréstimos e adiantamentos a bancos	Custo amortizado	Custo amortizado	20.673	-	-	-	20.673	-	20.673	
Empréstimos e adiantamentos a clientes	Custo amortizado	Custo amortizado	50.000	-	-	-	50.000	(18)	49.982	
Investimentos financeiros	Disponível para venda	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	930.917	-	(930.917)	-	-	-	-	
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	n/a	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	-	930.917	-	930.917	-	930.917	
Outros ativos	Custo amortizado	Custo amortizado	15.638	-	-	-	15.638	-	15.638	
Ativos fiscais correntes	n/a	n/a	5.410	-	-	-	5.410	-	5.410	
Despesas antecipadas e outros valores a receber	Custo amortizado	Custo amortizado	197.014	-	-	-	197.014	(2.180)	194.834	
Ativos intangíveis	n/a	n/a	246	-	-	-	246	-	246	
Ativo imobilizado	n/a	n/a	10.264	-	-	-	10.264	-	10.264	
Ativos fiscais diferidos	n/a	n/a	13	-	-	-	13	-	13	
Total de ativos			1.263.485	-	-	-	1.263.485	(2.198)	1.261.287	
Passivos e patrimônio líquido										
Passivos										
Depósitos de clientes	Custo amortizado	Custo amortizado	-	-	-	-	-	-	-	
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado	91.436	-	-	-	91.436	-	91.436	
Outros passivos	Custo amortizado	Custo amortizado	25.833	-	-	-	25.833	-	25.833	
Passivos fiscais correntes	n/a	n/a	22.736	-	-	-	22.736	-	22.736	
Passivos fiscais diferidos	n/a	n/a	33.091	-	-	-	33.091	(1.045)	32.046	
Provisões	Custo amortizado	Custo amortizado	6.691	-	-	-	6.691	-	6.691	
Outras obrigações	Custo amortizado	Custo amortizado	29.288	-	-	-	29.288	-	29.288	
Total de passivos			209.075	-	-	-	209.075	(1.045)	208.030	
Patrimônio líquido										
Capital social	n/a	n/a	946.510	-	-	-	946.510	-	946.510	
Reserva de lucros	n/a	n/a	57.298	-	-	-	57.298	(1.567)	55.731	
Outras reservas	n/a	n/a	50.602	-	-	-	50.602	414	51.016	
Total do patrimônio dos acionistas			1.054.410	-	-	-	1.054.410	(1.153)	1.053.257	
Participação de não-controladores	n/a	n/a	-	-	-	-	-	-	-	
Total do patrimônio líquido			1.054.410	-	-	-	1.054.410	(1.153)	1.053.257	
Total de passivos e patrimônio líquido			1.263.485	-	-	-	1.263.485	(2.198)	1.261.287	

Glossário

Abreviaturas usadas	Descrição
ALCO	Comitê de Gestão de Ativos e Passivos
AMA	Advanced Measurement Approach para Risco Operacional
BACEN	Banco Central do Brasil
B3	Combinação entre a BM&F Bovespa e a Cetip
CETIP	Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos e Balcão Organizado de Ativos e Derivativos
CMN	Conselho Monetário Nacional
COAF	Conselho de Controle de Atividades Financeiras
COFINS	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social
CRR	Credit risk ratings (escala interna de risco de crédito)
CSL/CSLL	Contribuição Social sobre Lucro Líquido
DPA	<i>Deferred Prosecution Agreement</i>
EAD	<i>Exposure At Default</i>
ECL	<i>Expected credit losses</i>
ERMF	<i>Enterprise Risk Management Framework</i>
EVE	<i>Economic value of equity</i>
EXCO	<i>Executive Committee</i>
FCRMC	<i>Financial Crime Risk Management Committee</i>
GAAP	<i>Generally Accepted Accounting Principles</i>
GB&M	<i>Global Banking and Markets</i>
HBUS	<i>HSBC Bank USA</i>
HLAH	<i>HSBC Latin America Holdings (UK) Limited</i>
HSBC	HSBC Holdings plc e suas subsidiárias
HSBC Brasil	HSBC Holding Brasil S.A e sua subsidiária HSBC Brasil S.A. – Banco de Investimento
IASB	<i>International Accounting Standards Board</i>
IASC	<i>International Accounting Standards Committee</i>
IFRIC	<i>International Financial Reporting Interpretation Committee</i>
IFRS	<i>International Financial Reporting Standards</i>
IR	Imposto de Renda
IRB-A	<i>Internal Rating Based Approach – Advanced</i>
IRB-F	<i>Internal Rating Based Approach – Foundation</i>
IRPJ	Imposto de Renda Pessoa Jurídica
ISE	Índice de Sustentabilidade Empresarial
LOD	<i>Line of defense</i>
NII	<i>Net interest income</i>
OCC	<i>Office of the Comptroller of the Currency (US)</i>
PD	<i>Probability of Default</i>
PIS	Programa de Integração Social
PR	Patrimônio de Referência
RMM	<i>Risk Management Meeting</i>
VAR	<i>Value at risk</i>
VJORA	Valor justo através de outros resultados abrangentes
Terminologias usadas	Definição
Basileia II	Conjunto de recomendações de adequação de capital emitido pelo Comitê de Basileia em 2004.
Basileia III	Conjunto de recomendações de adequação de capital emitido pelo Comitê de Basileia em 2010 em resposta à crise global de 2007-2008.
Compliance	Conjunto de disciplinas para fazer cumprir as normas legais e regulamentares, as políticas e as diretrizes estabelecidas para o negócio e para as atividades da instituição, bem como evitar, detectar e

Glossário

Hedge accounting	tratar qualquer desvio ou inconformidade que possa ocorrer. Metodologia especial dada aos derivativos quando comprovadamente utilizados para fins de proteção, de modo que as demonstrações financeiras reflitam de maneira adequada o regime de competência. Seu objetivo principal é refletir a operação dentro de sua essência econômica, de modo a resolver o problema de confrontação entre receitas/ganhos e despesas/perdas.
Perdas por redução ao valor recuperável	Perda do valor recuperável de um ativo financeiro, a qual ocorre quando o valor contábil reconhecido é maior do que o valor estimado de recuperação.
Spot	Taxa de câmbio para entrega imediata.
Resultado abrangente	Mutação no patrimônio líquido durante um período, como resultado de transações e outros eventos, exceto as mutações resultantes de transações com proprietários na sua capacidade de proprietários.
Risk Management Meeting	Comitê de Gestão de Riscos.
Taxa efetiva de juros	Taxa de juros que exatamente desconta o fluxo de caixa futuro previsto, até a data do vencimento, ao valor líquido contábil atual do instrumento financeiro.
Valor justo	Montante pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes independentes, com conhecimento do negócio e interessadas, em uma transação em que não há favorecidos.